

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



RELATÓRIO FINAL

1º CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA PSP EQUIPAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO DE FENÓMENOS CRIMINAIS

FERNANDO RUI DIAS DA SILVA
COMISSÁRIO

ORIENTADOR:
MESTRE RUI CARLOS PEREIRA

LISBOA, 18 DE FEVEREIRO DE 2015



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA PSP EQUIPAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO DE FENÓMENOS CRIMINAIS

RELATÓRIO FINAL DO 1º CURSO DE COMANDO E DIREÇÃO POLICIAL
FERNANDO RUI DIAS DA SILVA

LISBOA, 18 DE FEVEREIRO DE 2015



AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Subintendente Rui Mendes, Comandante da Divisão de Investigação Criminal do Comando Metropolitano do Porto, e ao Sr. Chefe Rui Silva, Chefe da Equipa Especial de investigação ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos, os meus agradecimentos por todo o incentivo e apoio na realização deste relatório.

Agradeço, particularmente, ao Sr. Mestre Rui Carlos Pereira, por ter gentilmente acedido a ser meu orientador.

Finalmente, à minha família, por toda confiança e paciência que demonstraram ao longo deste percurso investigatório, o meu mais sincero agradecimento.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VI
ÍNDICE DE ANEXOS	VII
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	VII
SIGLAS E ABREVIATURAS	VIII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	
1.1. Enquadramento temático	9
1.2. Justificação do tema	10
1.3. Problemática da investigação	11
1.4. Objetivos da investigação	11
1.5. Hipóteses da investigação	12
1.6. Metodologia da investigação.....	12
1.7. Síntese dos capítulos.....	13
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL	
2.1. Introdução	14
2.2. A Lei de Organização da Investigação Criminal.....	15
2.3. A Estrutura da Investigação Criminal na PSP	19
2.4. Síntese.....	21
CAPÍTULO 3 - A EQUIPA ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO AO FENÓMENO CRIMINAL DE FURTO DE MATERIAIS NÃO FERROSOS NO COMETPOR	
3.1. Introdução	23
3.2. Caraterização do Fenómeno.....	24
3.3. Criação da Equipa Especial de Investigação	28
3.4. Síntese.....	31
CAPÍTULO 4 - TRABALHO DE CAMPO	
4.1. Introdução	34
4.2. Análise dos dados estatísticos da Equipa Especial de Investigação	35

4.3. Análise das estatísticas criminais.....	38
4.4. Entrevistas aos gestores do processo de investigação.....	41
4.5. Síntese.....	44
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
5.1. Introdução	46
5.2. Verificação da(s) hipóteses.....	47
5.3. Confirmação dos objetivos e resposta às questões da investigação	48
5.4. Reflexões finais e Recomendações	48
5.5. Limitações da Investigação.....	50
5.6. Investigações futuras	50
BIBLIOGRAFIA	52
ANEXOS	54
APÊNDICES.....	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do sistema de Investigação Criminal na PSP	20
Figura 2 – Organograma da Esquadra de Investigação Criminal.....	20
Figura 3 – Recortes de imprensa de 2011 referentes ao furto de cobre	24
Figura 4 – Incidência geográfica das ocorrências em 2011	26
Figura 5 – Recorte de imprensa de 2013	30
Figura 6 – Comparativo de número de ocorrências entre 2012 e 2013.....	40
Figura 7 – Variação do número de ocorrências 2012 - 2013.....	41
Figura 8 – Gestores do processo de investigação	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Movimento de inquéritos entre março de 2012 e março de 2014	35
Gráfico 2 – Somatório de arguidos constituídos e suspeitos identificados.....	36
Gráfico 3 – Buscas e operações conjuntas realizadas.....	37
Gráfico 4 – Detenções e medidas de coação privativas de liberdade aplicadas..	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo das estatísticas criminais nacionais 2012-2013	39
Tabela 2 – Comparativo das estatísticas criminais do Distrito Judicial do Porto 2012-2013	39

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIO DA APRITEL SOBRE O IMPACTO DOS FURTOS EM INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, DE NOVEMBRO DE 2012	54
ANEXO B – RELATÓRIO DA EDP SOBRE FURTO NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA – DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, DE MARÇO DE 2013	66

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – GUIÃO DA ENTREVISTA EFETUADA AOS GESTORES DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	66
APÊNDICE 2 – ENTREVISTAS EFETUADAS AOS GESTORES DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	74
Chefe Rui Silva, Chefe da Equipa Especial	75
Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do COMETPOR	79
Superintendente Francisco Bagina, Comandante do COMETPOR	83
Dr. ^a Gabriela Torres, Procuradora-Adjunta do DIAP do Porto	86
APÊNDICE 3 – ANÁLISE DE CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS EFETUADAS AOS GESTORES DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	89
Questão 8	90
Questão 9	91
Questão 10.....	92
Questão 11.....	93
Questão 12.....	94
APÊNDICE 4 – PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO EFETUADOS NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO	95

SIGLAS E ABREVIATURAS

APRITEL	Associação dos Operadores de Telecomunicações
Art.	Artigo
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BAC	Brigadas Anti-Crime
Cfr.	Confrontar
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Imobiliários
COMETPOR	Comando Metropolitano do Porto
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
DIC	Divisão de Investigação Criminal
DN/PSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
EDP	Energias de Portugal
GNR	Guarda Nacional Republicana
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
NEP	Norma de Execução Permanente
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAIC	Relatório Anual de Investigação Criminal
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
REFER	Rede Ferroviária Nacional
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEI	Sistema Estratégico de Informações
STCP	Sociedade de Transportes Coletivos do Porto

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento temático

Desde de os primeiros passos em 1995 com a criação da Brigadas Anti-Crime¹, a Investigação Criminal evoluiu para uma valência inquestionável da Polícia de Segurança Pública enquanto Polícia Integral. As competências de investigação que lhe estão atribuídas por Lei conferem-lhe uma vasta área de intervenção na realidade criminógena nacional, incidindo essencialmente nas tipologias criminais denominadas de criminalidade de massa, sendo responsável pela realização de cerca de 38% dos inquéritos crime em Portugal no ano de 2013².

A aposta na formação contínua, alicerçada na experiência adquirida, permite hoje o desenvolvimento de ações de investigação de elevada qualidade e complexidade, que visam dar resposta à constante evolução das condutas ilícitas, dos seus *modi operandi* e das interligações entre os fatos ilícitos e os seus agentes.

No contexto atual, o surgimento de novos fenómenos criminais de grande impacto social, quer seja pela elevada disseminação geográfica, prejuízos causados, natureza das vítimas e/ou lesados ou tipologias criminais envolvidas, constituem um desafio ao qual a Polícia de Segurança Pública não pode deixar de responder, adequando os seus meios e técnicas de acordo com a especificidade e magnitude desse desafio.

¹ Cfr. Decreto-lei nº 81/95 de 2 de Abril.

² Esta percentagem foi obtida atrás do cruzamento de dados do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2013 e do Relatório Anual de Investigação Criminal (RAIC) do Departamento de Investigação Criminal da Direção Nacional da PSP.

Desde a Revolução Industrial no século XVII, e o surgimento das teorias clássicas da organização do trabalho de Taylor, Fayol e Weber³, a especialização do trabalho adquire uma importância incontornável no sucesso das organizações.

Atendendo a esta realidade, a temática da investigação a desenvolver enquadra-se na análise da criação de equipas especiais de investigação, vocacionadas em exclusividade para a investigação de determinado fenómeno criminal.

1.2. Justificação do tema

A escolha deste tema resulta da experiência profissional do autor na estrutura de investigação criminal da PSP, onde desempenha funções há cerca de 11 anos, com a perspetiva de contribuir para a melhoria da metodologia de investigação criminal a fenómenos criminais.

Com a escolha desta temática, pretende-se desenvolver um estudo de caso que irá englobar a análise dos resultados obtidos pela Equipa Especial de Investigação da DIC do COMETPOR, equipa criada na sequência da Circular 3/2012 da PGR, de 03 de Dezembro, e que foi responsável pela investigação de quase a totalidade de processos-crime relativos ao furto de materiais não ferrosos e crimes conexos no distrito judicial do Porto, entre Fevereiro de 2012 e Fevereiro de 2014.

Pretende-se ainda analisar a opinião dos gestores do processo de investigação⁴ sobre a criação e desempenho da Equipa Especial da DIC do COMETPOR, incluindo a Procuradora-Adjunta do Ministério Público responsável pela coordenação dos processos-crime, visando obter uma perspetiva global do desempenho da Equipa Especial, desde do agente executor ao responsável pela ação penal.

É neste sentido que irá decorrer a nossa investigação, de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno

³ Para mais referências sobre as teorias clássicas da organização do trabalho *Cfr.* Camara, Guerra, & Rodrigues, 2013, pp. 79-83.

⁴ Para efeitos do presente estudo, consideramos gestores do processo de investigação os elementos policiais com funções de chefia e coordenação diretamente envolvidos na investigação, bem como o magistrado do ministério público titular do processo.

criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, conseqüentemente, potenciam os resultados obtidos.

1.3. Problemática da investigação

A identificação de um problema é indispensável na investigação e geração de novos conhecimentos (Sarmiento, 2013).

Esta investigação procura dar resposta à seguinte questão de partida:

No contexto da investigação a fenómenos criminais, a criação de equipas especiais de investigação, em regime de exclusividade, é um método eficaz?

Após a formulação da pergunta de partida, importa realçar aspetos alvo que permitam melhor responder á questão central da investigação. Face a um dos fins da investigação criminal - a repressão, a análise dos resultados obtidos no combate ao fenómeno criminal constitui uma ferramenta muito importante na procura da resposta.

Assim sendo, a pergunta derivada será a seguinte:

Os resultados obtidos no combate a fenómenos criminais são potenciados pela criação de equipas especiais de investigação em regime de exclusividade?

1.4. Objetivos da investigação

Face às questões de partida e derivada, e de forma a direccionar o estudo, propõe-se atingir o seguinte objetivo geral:

1. Determinar a eficácia das equipas especiais, em regime de exclusividade, na investigação a fenómenos criminais.

Tendo em conta o objetivo geral, e no sentido de restringir a linha de investigação, importa definir objetivos específicos:

1. Analisar os resultados obtidos pela equipa especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos na DIC do COMETPOR.
2. Analisar as estatísticas criminais referentes ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos, nos anos de 2012 e 2013.
3. Analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da equipa especial da DIC do COMETPOR.

1.5. Hipóteses da investigação

Face às questões de investigação levantadas, e tendo em conta a análise da literatura e legislação aplicável, dados estatísticos, bem como a experiência adquirida pelo autor, propomos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese teórica:

- ✚ A criação de equipas de investigação especiais em regime de exclusividade é um método eficaz no combate aos fenómenos criminais.

Hipótese prática:

- ✚ A criação da equipa especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos na DIC do COMETPOR potenciou os resultados obtidos.

1.6. Metodologia da investigação

A elaboração deste relatório final englobará, numa primeira fase, a pesquisa bibliográfica sobre a temática em apreço, bem como a revisão da legislação, despachos e relatórios exarados sobre a mesma.

Numa segunda fase, analisaremos quantitativamente os resultados obtidos no combate a um fenómeno criminal com a utilização do método da criação de equipas especiais de investigação, usando como amostra representativa a equipa especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR.

Analisaremos ainda as estatísticas criminais referentes ao fenómeno durante o período de atividade da equipa em questão, nomeadamente 2012 e 2013.

Propomo-nos ainda à realização de entrevistas estruturadas aos gestores do processo de investigação da equipa especial referida, cujo tratamento será feito através de análise de conteúdo.

1.7. Síntese dos capítulos

O presente relatório encontra-se estruturado em quatro partes:

Na primeira parte faremos uma breve contextualização da estrutura de investigação criminal em Portugal, abordando os seus agentes e organização, centrando-nos na Polícia de Segurança Pública e em como se encontra organizada em termos de investigação criminal.

De seguida abordaremos o exemplo da Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR, contextualizando o fenómeno que lhe deu origem, bem como todos os passos envolvidos na sua criação e organização no seio da Divisão.

A terceira parte tem um cariz prático, onde apresentaremos a análise dos resultados obtidos pela referida Equipa Especial, e sua influência na tendência do fenómeno investigado, bem como as opiniões dos gestores do processo de investigação diretamente envolvidos.

Finalmente, na quinta e última parte apresentaremos as conclusões obtidas no estudo, e a sua relação com os objetivos propostos, dando resposta às questões levantadas, e apresentando recomendações e propostas.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL

2.1. Introdução

Numa perspetiva histórica, constatamos que tradicionalmente a “investigação criminal era uma actividade levada a cabo pelo Ministério Público e pela Polícia Judiciária” (Onofe, 2009:18), onde as forças de segurança – PSP e GNR – desempenhavam apenas um papel de auxiliar do Ministério Público na realização de algumas diligências de inquérito, caracterizadas pelo reduzido grau de especialização e preparação técnica necessárias, não dispondo da “autonomia técnica e tática, caracterizadora da investigação criminal, desenvolvendo apenas actos ordenados por autoridade judiciária, na sua qualidade de órgão de polícia criminal” (Santos N. P., 2008:566).

Só há cerca de 20 anos, concretamente em 1995, com a publicação do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, se quebra esta paradigma de exclusividade da Polícia Judiciária na investigação criminal. O art. 1º deste Decreto-Lei introduz uma alteração ao art. 57º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que estabelece o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, atribuindo às forças de segurança competências para a investigação de um catálogo de crimes previstos nesse diploma⁵, fundamentado na necessidade de, “face à disseminação do fenómeno, empenhar no esforço

⁵ Nomeadamente os previstos no nº2 do art.º 57º do Decreto-Lei nº 15/93, de 23 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 81/95, de 22 de abril, e que correspondem aos crimes de tráfico quando ocorram situações de distribuição direta ao consumidor (art.º 21º), traficante-consumidor (art.º 26º), incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas (art.º 29º), tráfico e consumo em locais públicos ou de reunião (art.º 30º), abandono de seringas (art.º 32º), desobediência qualificada (art.º 33º) e consumo e cultivo para consumo (art.º 40º, posteriormente alterado pela Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, que descriminalizou o consumo).

directo de combate à oferta e ao consumo outros órgãos de polícia criminal”⁶, não obstante “continuar a atribuir à Polícia Judiciária funções de centralização informativa e de coordenação operacional”⁷.

Mas é no ano de 2000 que surge o “marco legislativo determinante na distribuição das atribuições e competências em matéria de investigação criminal entre os órgãos de polícia criminal de competência genérica – PJ, PSP e GNR” (Santos N. P., 2008:568) – a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC)⁸, e “é com a sua entrada em vigor que aqueles dois OPC [PSP e GNR] adquirem o estatuto de polícias de investigação criminal de pleno direito muito para além do âmbito restrito do combate aos crimes de droga” (Torres, 2005:20).

Esta Lei veio “estabelecer um conjunto de regras e preceitos em relação á forma como se desenvolve esta actividade e qual o papel de cada um dos intervenientes” (Onofe, 2009:18), visando “repartir competências no domínio da Investigação Criminal, de modo que a PJ se concentrasse na prevenção e investigação da criminalidade da sua competência reservada” (Valente, 2004:51), sem que no entanto integrasse o subsistema de combate ao tráfico de estupefacientes, alicerçado no Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, mantendo-se uma estruturação dual neste importante domínio da segurança interna (Torres, 2005:37).

Em 2008, a LOIC sofre a sua primeira grande alteração, com a publicação da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, com a introdução de novas regras e procedimentos, e que se traduz na atual base do sistema de investigação criminal em Portugal, pelo lhe dedicaremos de seguida a uma análise mais pormenorizada.

2.2. A Lei de Organização da Investigação Criminal

Com o fim da exclusividade da PJ em matéria de investigação, tornou-se imperativo criar normas e procedimentos que regulassem e disciplinassem o papel de cada um dos intervenientes nesta atividade, “reforçando a coordenação

⁶ Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril.

⁷ *Idem*

⁸ Inicialmente Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, posteriormente substituída pela Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

e a cooperação de todos os órgãos de polícia criminal e a partilha de informações entre eles segundo princípios de necessidade e competência”⁹.

É neste contexto que, no ano de 2000, surge a LOIC, através da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, mais tarde consolidada através da atual Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

Desde logo, a LOIC define sobre quem recai a direção da investigação criminal, atribuindo-a, como não poderia deixar de ser, à autoridade judiciária competente em cada fase do processo, sendo esta assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal, que atuam no processo sob a sua direção e dependência funcional, sem prejuízo da respetiva organização hierárquica.

Temos assim um modelo estruturado em torno da magistratura que dirige o inquérito e de um conjunto de OPC que investigam, praticando, ou não, atos materialmente processuais, em decorrência da sua condição de órgão auxiliar da autoridade judiciária (Tavares, 2005:15).

A LOIC salvaguarda ainda a autonomia técnica e tática dos OPC no exercício das suas atribuições, definindo a primeira como a utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a segunda na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos atos.

Esta dicotomia entre dependência funcional e autonomia técnica e tática é uma característica fundamental do sistema de investigação criminal, já que permite aos OPC a latitude necessária para o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de investigação, desde que legalmente admissíveis e sem prejuízo dos deveres mínimos de informação à autoridade judiciária, para efeitos de fiscalização e coordenação.

Definidas a direção do inquérito e a relação entre a autoridade judiciária e os OPC, a LOIC define também a natureza de cada um dos OPC, agrupando-os em duas categorias: os OPC de competência genérica – a PJ, a PSP e a GNR – e os OPC de competência específica – de onde se destacam o SEF, a ASAE, CMVM, entre outras. Para além desta categorização, a LOIC prevê ainda a possibilidade

⁹ Cfr. Exposição de motivos da Lei 49/2008, de 27 de agosto, http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2007/reuniao-do-conselho-de5799/downloadFile/attachedFile_f0/Alteracao_da_Lei_de_Organizacao_e_Investigacao_Criminal.pdf?nocache=1191505582.32, consulta em 29-01-2015.

da atribuição de competência reservada¹⁰ a um órgão de polícia criminal, mediante previsão legal expressa, o que sucede na própria LOIC, ao atribuir competência reservada para a investigação de determinados crimes à PJ¹¹.

Distinguem-se, assim, três tipos de competência em matéria de investigação criminal: a competência genérica, a competência específica e a competência reservada (Oliveira, 2010:32) e que na prática constituem os limites de atuação dos OPC.

No entanto, a LOIC faz ainda uma distinção no que respeita à competência reservada atribuída à PJ, dividindo o catálogo de crimes a esta associado em dois: um conjunto de tipologias criminais cuja competência de investigação é exclusiva da PJ, em contraposição a um segundo conjunto, que apesar de se tratar de crimes da competência reservada, pode, mediante a intervenção do Procurador-Geral da República, ser diferida noutro OPC, desde de que tal se afigure mais adequado ao bom andamento da investigação¹².

Face a esta delimitação de competências, a LOIC prevê um conjunto de normativos que visam a sua execução, nomeadamente:

- ✚ Os OPC de competência genérica devem abster-se de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por OPC de competência específica¹³;
- ✚ O OPC que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova¹⁴;
- ✚ Se a investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do órgão de polícia criminal que tiver iniciado a investigação, este remete, com conhecimento à autoridade judiciária, o

¹⁰ Onofre (2009, p.18) refere que “ter competência reservada significa tão somente que a investigação de um dos crimes elencados como de competência reservada da Polícia Judiciária não pode ser delegada noutro órgão de polícia criminal. Como é óbvio, não se belisca a competência do Ministério Público, mas limita-se a possibilidade deste delegar a investigação de um determinado crime noutro órgão de polícia criminal – a haver delegação, num dos crimes previstos, terá necessariamente que ser na Polícia Judiciária.”

¹¹ Cfr. Art. 7º da LOIC.

¹² Cfr. Art. 8º n.º 1 da LOIC.

¹³ Cfr. Art. 4º n.º 2 da LOIC.

¹⁴ Cfr. Art. 5º n.º 1 da LOIC.

processo para o OPC competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas¹⁵;

- ✚ Os OPC devem comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e execução de crimes para cuja investigação não sejam competentes, apenas podendo praticar, até à sua intervenção, os atos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova¹⁶.

Esta estanquidade na atribuição de competências encontra a sua exceção no art. 8º da LOIC, onde é definido um mecanismo de deferimento da investigação de um crime do catálogo de crimes da competência reservada (excetuando-se os crimes da competência reserva exclusiva) da PJ a outro OPC. A Lei permite assim que os OPC de competência genérica não vejam a sua ação investigatória restringida pelo surgimento, no decurso de investigações, de um fato tipificado como crime da competência reservada da PJ.

Trata-se, no entanto, de um mecanismo muito restritivo, face às condicionantes e restrições exigidas para a sua aplicação, como por exemplo a restrição decorrente do n.º 2 al. a) do artigo em questão, que inviabiliza o deferimento noutro OPC nos casos em que investigação assuma especial complexidade por força do caráter plurilocalizado das condutas ou da pluralidade dos agentes e vítimas, onde os conceitos de plurilocalizado e de pluralidade não são quantificados.

Também o acionamento do mecanismo se nos afigura pouco exequível, já que a intervenção do Procurador-Geral da República (ou, por delegação de competências, os procuradores-gerais distritais) não se coaduna com a realidade criminógena atual, onde os conflitos de competência surgem com muita frequência, fruto de uma criminalidade cada vez mais abrangente e heterogénea, exigindo-se uma intervenção mais descentralizada, ao nível do titular da ação penal, o ministério público.

¹⁵ Cfr. Art. 5º n.º 2 da LOIC.

¹⁶ Cfr. Art. 10º n.º 2 da LOIC.

2.3. A Estrutura da Investigação Criminal na PSP

Desde da publicação do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, “a actividade de investigação criminal tem vindo, gradualmente, a ganhar peso e importância no seio da instituição policial” (Onofe, 2009:29).

Fruto dessa crescente importância, foram vários os marcos que contribuíram para a evolução da atividade de investigação criminal na PSP, como a NEP OPSEG/DEDOP/04/02, de 22 de março de 2000, que veio definir e uniformizar as normas e procedimentos de organização e funcionamento das diversas brigadas de investigação criminal no seio da instituição (Santos N. P., 2008), a criação das Equipas de Inspeção Judiciária com a NEP OPSEG/DEIPOL/02/03, de 17 de agosto de 2000, e a circular DEIPOL n.º1719, datada de 4 de agosto de 2003, que veio consolidar o subsistema de investigação criminal na PSP, que veio “estabelecer uma nova orgânica da estrutura de investigação criminal e definir claramente o conteúdo funcional de cada unidade e serviço” (Santos N. P., 2008:570).

Mas é com a atual lei orgânica da PSP, aprovada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que se “vem consagrar a existência de uma estrutura orgânica destinada a dar resposta às questões da investigação criminal” (Onofe, 2009:29), desde logo estabelecendo a criação, na unidade orgânica de operações e segurança da Direção Nacional, de uma área de investigação criminal¹⁷, e consolidada em 2008, com a publicação da portaria n.º 383/2008, de 29 de maio, que vem determinar o número e as competências das unidades nucleares da Direção Nacional da PSP, criando o até então inexistente Departamento de Investigação Criminal, e da portaria n.º 434/2008, de 18 de junho (alterada pela Portaria n.º 2/2009 de 2 de janeiro), que define a estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respectivas subunidades.

Em consequência destes diplomas surge o Despacho n.º 20/GDN/2009, de 15 de dezembro, do Departamento de Operações da DN/PSP, que vem definir a organização e competências das unidades territoriais do dispositivo operacional da PSP, sendo um dos princípios enformadores deste despacho o definir uma tipologia de subunidades, própria e adequada à realidade, que reflita as

¹⁷ Cfr. Art. 29º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da PSP.

caraterísticas próprias da respetiva competência, ficando assim definido o atual sistema de investigação criminal na PSP, desde da sua estrutura de coordenação de topo – o Departamento de Investigação Criminal, à unidade basilar do sistema – a Esquadra de Investigação Criminal, conforme figura 1.

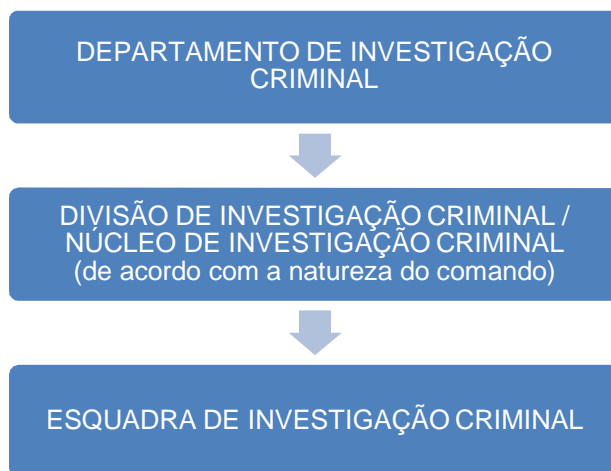


Figura 1 - Estrutura do sistema de Investigação Criminal na PSP
Fonte – Elaboração própria com base no Despacho n.º 20/GDN/2009

Analisando mais pormenorizadamente a estrutura tipo da Esquadra de Investigação Criminal, de acordo com o organograma apresentado na figura 2, esta é constituída, entre outras, por brigadas de investigação criminal, que, de acordo com o Despacho n.º 20/GDN/2009, se traduzem em brigadas operacionais, organizadas por equipas, preferencialmente vocacionadas para a prevenção, repressão e investigação da criminalidade que mais diretamente afeta o sentimento de segurança das populações.



Figura 2 - Organograma da Esquadra de Investigação Criminal
Fonte – Elaboração própria com base no Despacho n.º 20/GDN/2009

No entanto, apenas na já aludida circular DEPIPOL n.º 1719, existe referência à diferenciação das Brigadas de Investigação entre si, devendo previlgiar uma organização interna baseada na especialização temática do efetivo, por grupo de crimes (Torres, 2005), sendo que o Despacho n.º 20/GDN/2009 atribui ao comandante da Esquadra a latitude para afectar pessoal dentro da sua unidade orgânica, aos serviços existentes, de acordo com as necessidades do serviço, bem como ao comandante da Divisão de Investigação Criminal de administrar a logística e os recursos humanos de acordo com as necessidades operacionais, propondo inclusivamente a afectação temporária de meios de diferentes subunidades para satisfação de necessidades específicas e a redistribuição de meios, estando assim reunidas todas as condições para a criação de equipas especiais de investigação

2.4. Síntese

A investigação criminal em Portugal sofreu, nas últimas duas décadas, uma grande transformação, fruto de alterações legislativas que distribuíram pelos diversos OPC as competências de investigação anteriormente concentradas na PJ.

Em 2008, a última versão da Lei de Investigação Criminal veio consolidar esta transformação, definindo os limites de competência entre os diversos atores do sistema, distinguindo três tipos de competência em matéria de investigação criminal: a competência genérica, a competência específica e a competência reservada (Oliveira, 2010:32), bem como introduziu mecanismos de coordenação e controlo, disciplinando a atividade.

No entanto, a LOIC não integra o subsistema de combate ao tráfico de estupefacientes, alicerçado no Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, mantendo-se uma estruturação dual no domínio da investigação criminal.

Em consequência destas alterações, a investigação criminal na PSP sofre uma rápida evolução, desde das BAC em 1995, equipas exclusivamente dedicadas à investigação ao tráfico de estupefacientes, ao atual modelo, alicerçado numa

estrutura nacional homogénea, e com um leque muito vasto de áreas de intervenção, fruto das competências atribuídas pela LOIC.

É este sistema, por um lado, suficientemente rígido para garantir uma coerência a nível nacional, por outro, maleável o suficiente para se ajustar às necessidades específicas de cada tempo e lugar, que permite à PSP dar resposta aos novos desafios com que se depara, com o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de investigação, onde se englobam as equipas especiais de investigação.

CAPÍTULO 3

A EQUIPA ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO AO FENÓMENO CRIMINAL DE FURTO DE MATERIAIS NÃO FERROSOS NO COMETPOR

3.1. Introdução

A PSP, no âmbito das competências de investigação criminal que lhe estão conferidas por Lei, é responsável pela realização de milhares de investigações em todo o território nacional, sendo que a grande maioria estão relacionadas com a criminalidade contra o património, e inserem-se naquilo a que é comumente designado de criminalidade de massa.

Não obstante esta limitação legal em termos de competências, algumas tipologias criminais investigadas pela PSP causam forte impacto social e económico, quer seja pelo elevado número de ocorrências registadas, pela rápida e elevada disseminação geográfica, pela forma organizada e concertada com que os seus autores atuam, ou pela natureza das vítimas e/ou lesados, entre outros fatores.

Neste contexto, surgem fenómenos criminais específicos, onde vários destes fatores concorrem e convergem, envolvendo várias tipologias criminais, revestindo a forma de uma atividade criminosa organizada¹⁸, ainda que os seus autores não estejam organizados entre si.

No panorama atual de facilidade de deslocação interna e externa, e onde o acesso à informação é cada vez mais fácil, a proliferação destes fenómenos é

¹⁸ Não nos referimos ao conceito de associação criminosa previsto no art.º 299º do código Penal, mas antes a “uma espécie de caos organizado em que os vínculos se tecem em função das circunstâncias, das oportunidades e dos riscos” (Alain, 2008:126), e onde os autores ou grupos de autores preparam e cometem os ilícitos criminais recorrendo, por exemplo, a vigilâncias prévias, utilizando equipamento altamente especializado, efetuando o estudo prévio das capacidades das forças policiais no local, etc.

extremamente rápida, ignorando fronteiras geográficas e administrativas, chegando a adquirir cariz internacional.

Este é um dos novos desafios da PSP em termos de investigação criminal, em especial se tivermos em conta que “nos últimos dois anos foram identificados 20 fenómenos criminais itinerantes, dos quais 7 manifestaram-se desde janeiro de 2011” (Fernandes, 2011:129).

3.2. Caraterização do Fenómeno

O fenómeno criminal do furto de materiais não ferrosos foi inicialmente detetado em 2011, quando o número de ocorrências envolvendo o furto de cobre tiveram um aumento significativo face ao ano anterior.

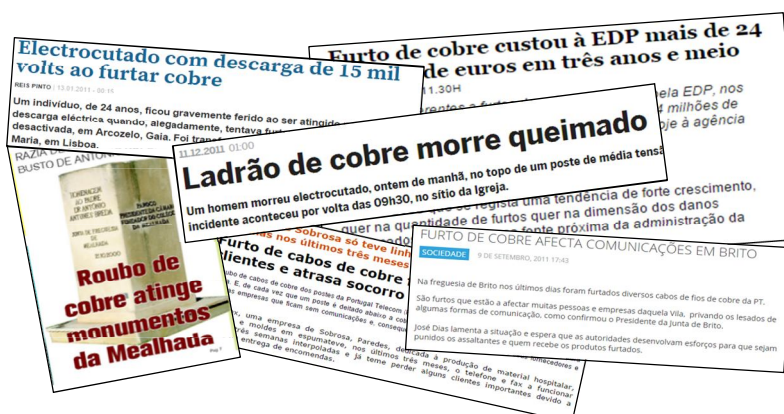


Figura 3 – Recortes de imprensa de 2011 referentes ao furto de cobre
Fonte – Vários órgãos de comunicação social na internet¹⁹

Em virtude de não existirem dados oficiais de 2011 relativos a ocorrências de furto de materiais não ferrosos, encontrando-se estas ocorrências englobadas na criminalidade contra o património em geral, temos de nos socorrer de outros dados que não as estatísticas criminais oficiais para caraterizar o fenómeno.

¹⁹ Nomeadamente:

- <http://www.destak.pt/artigo/106254>, consulta em 03-12-2014.
- <http://guimaraesdigital.com/noticias/45610/furto-de-cobre-afecta-comunicacoes-em-brito>, consulta em 03-12-2014.
- <http://www.verdadeiroolhar.pt/materias.php?secao=paredes&id=19343>, consulta em 03-12-2014.
- <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/ladrao-de-cobre-morre-queimado.html>, consulta em 03-12-2014.
- http://www.jn.pt/PaginalInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1755429, consulta em 03-12-2014.

Os primeiros dados que nos surgem referentes ao fenómeno constam de um relatório²⁰ elaborado pelo Departamento de Investigação Criminal, da Direção Nacional da PSP, onde são contabilizados, no período compreendido entre 1 de janeiro e 28 de maio de 2011, 90 ocorrências relacionadas com factos denunciados que indicavam furtos de metal, em especial de cobre ou ligas derivadas, nomeadamente latão e bronze, com a particularidade de apenas serem contabilizadas as ocorrências onde tivessem sido observados os seguintes aspetos:

- Subtração de quantidades consideráveis de metais;
- Ação de dois ou mais suspeitos;
- Ilícitos que revelam claros conhecimentos técnicos;
- Utilização de determinado tipo de logística (ferramentas e viaturas para transporte, por exemplo) para facilitar a consumação dos ilícitos criminais.

Segundo o mesmo relatório, este número representa um aumento de 83,7% face a todas as ocorrências registadas, com base nos mesmos critérios, durante ano de 2010.

Em 23 de outubro de 2012, a Guarda Nacional Republicana, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna de Portugal e o Secretário de Estado de Segurança de Espanha, sobre cooperação policial e segurança interna, refere um aumento de ocorrências de furto de materiais não ferrosos na ordem dos 200% em 2011, face ao ano de 2010, superando as 12000 ocorrências em todo o território nacional, sendo os distritos do Porto e de Santarém os mais afetados, conforme figura 4.

²⁰ Cfr. IC 539/NAC/11 – Furto de metais não preciosos: Cobre e derivados, de 27 de Junho de 2011, do DIC da DN/PSP.

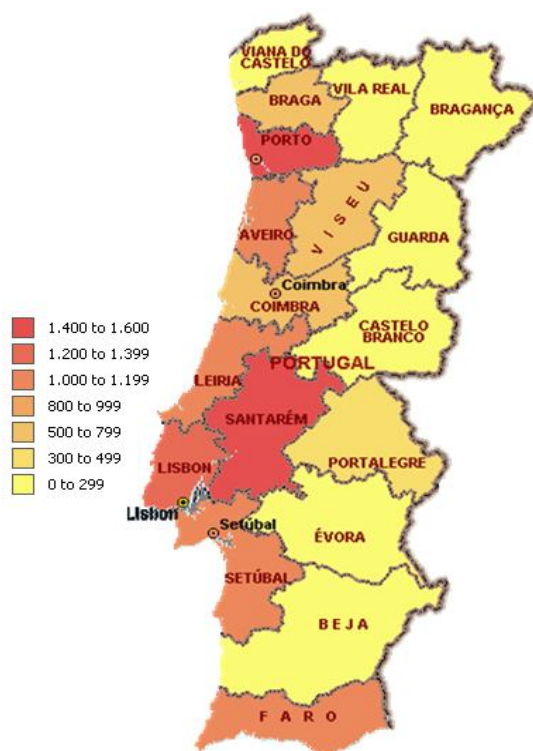


Figura 4 – Incidência geográfica das ocorrências em 2011
Fonte – Apresentação efetuada pela GNR a 23 de outubro de 2012

Outros dados, apresentados pela APRITEL em 30 de novembro de 2012²¹, reportando-se apenas ao número de ocorrências em infraestruturas de telecomunicações, permitem verificar em 2011 um aumento de mais de 370% face ao ano anterior, atingindo as 900 ocorrências, mantendo-se o distrito do Porto como um dos mais afetados.

A mesma entidade indica ainda um aumento de 500% dos prejuízos em 2011 face a 2010, atingindo os 2 milhões de euros.

Também a EDP, em relatório datado de março de 2013²², referente aos furtos registados nas redes de distribuição de energia elétrica, indica um aumento de quase 200% das ocorrências em 2011, num total de 5635 furtos registados,

O aumento do fenómeno criminal continuou a crescer de tal forma que, a 13 de fevereiro de 2012, na Circular nº 3/2012 da PGR, estimava-se “um aumento de cerca de 200% relativamente ao ano anterior de ocorrências relacionadas com o

²¹ Cfr. Anexo A – Impacto dos furtos em Infraestruturas de telecomunicações, da APRITEL, de 30 de novembro de 2012.

²² Cfr. Anexo B – Furto nas redes de distribuição de energia eléctrica – Distrito Judicial do Porto, da EDP, de março de 2013.

furto de cobre e de outros metais não preciosos (bronze e latão)”²³, classificando o fenómeno como de especial gravidade e caracterizando-o “como uma actividade criminosa organizada, que alimenta um mercado clandestino em pleno desenvolvimento, cujo combate só poderá ter sucesso se a direcção da investigação for concentrada”²⁴.

A aludida Circular vem ainda definir um conjunto de orientações, destinadas aos Procuradores-Gerais Distritais, com vista à concentração das investigações relativas a ocorrências de furto e recetação de cobre e derivados nos DIAP distritais, bem como à designação “de uma secção ou um núcleo especialmente encarregado de centralizar a informação pertinente e de efectuar a investigação dos inquéritos relativos às referidas ocorrências”²⁵, dando assim início a um processo de especialização na investigação do fenómeno.

São assim concentradas nos DIAP distritais todas investigações relativas ao furto e recetação de cobre, sob a coordenação de pelo menos um magistrado, passando este a ser o ponto de contato com os OPC e com as entidades lesadas.

Refira-se, no entanto, que esta centralização das investigações num ou mais magistrados dos DIAP distritais não se revelou uma verdadeira especialização, já que os magistrados em causa acumularam esta nova função com as funções que detinham anteriormente.

Não obstante as medidas tomadas pela PGR, o contínuo aumento do fenómeno originou a que o poder legislativo procedesse a uma alteração da legislação penal, através da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, com base na constatação de que eram inúmeros os furtos que provocavam dificuldades, ou mesmo impossibilidade, de distribuição de energia elétrica às populações²⁶, visando “uma agravção para os casos em que o furto causa perturbação no fornecimento de bens essenciais”²⁷, qualificando o furto quando deste resulte o impedimento ou

²³ Cfr. Circular nº 3/2012 da Procuradoria Geral da República de 12 de Fevereiro.

²⁴ *Idem*

²⁵ *Idem*

²⁶ Cfr. Proposta de Lei nº 75/XII, de 21 de Junho de 2012, da Presidência do Conselho de Ministros, que deu origem à Lei nº 19/2013, de 21 de fevereiro.

²⁷ *Idem*

perturbação, por qualquer forma, da exploração de serviços de comunicações ou de fornecimento ao público de água, luz, energia, calor, óleo, gasolina ou gás²⁸.

3.3. Criação da Equipa Especial de Investigação

A PSP, enquanto coadjuvante do ministério público na investigação criminal, é diretamente afetada pela implementação da Circular n.º 3/2012 da PGR, em especial no COMETPOR, onde o DIAP distrital do Porto decide fazer a delegação de todas as investigações alusivas ao fenómeno criminal do furto de materiais não ferrosos na PSP, independentemente da área onde tenham ocorrido os fatos.

Na prática, esta decisão materializou-se no deferimento na PSP da competência para a investigação do fenómeno em todo o distrito judicial do Porto²⁹.

Assente na premissa “que a concentração da investigação de todos os inquéritos se compreende na medida em que permite uma análise global do fenómeno criminal, tornando possível o seu conhecimento e caracterização ao nível do distrito judicial do Porto”³⁰, a DIC do COMETPOR implementa um modelo inovador, com a criação de uma Equipa Especial de investigação, dedicada em exclusividade à investigação de todos os crimes relacionados com o fenómeno.

Esta equipa, criada no dia da publicação da Circular n.º 3/2012 da PGR, tem como objetivo a investigação de todos os processos-crime relativos a furto de materiais não ferrosos no distrito judicial do Porto³¹, e foi inicialmente dotada de um Chefe e seis Agentes Principais³² em regime de exclusividade, ou seja, sem distribuição de outros processos ou atribuição de outras missões que não diretamente relacionadas com o fenómeno em si.

²⁸ Cfr. Art. 204º n.º1 al. f) do Código Penal, com a alteração introduzida pela Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro.

²⁹ O distrito judicial do Porto compreende os círculos judiciais de: Bragança, Chaves, Gondomar, Lamego, Maia, Matosinhos, Mirandela, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Famalicão, Vila do Conde e Vila Real. Os círculos judiciais abrangem áreas territoriais dos distritos administrativos e comandos de Polícia de: Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

³⁰ Cfr. Ofício nº415 – Coordenação do DIAP do Porto, de 17 de outubro de 2012.

³¹ Esta premissa é alterada com o Despacho 59/2012, de 28 de novembro, da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, passando apenas a ser remetidos para o DIAP distrital os processos onde existam elementos que permitam, por si só ou mediante conexão processual com outros inquéritos, desenvolver uma efetiva investigação criminal.

³² Mais tarde, face à elevada carga processual, foi reforçada com mais quatro Agentes.

Nessa primeira fase, foram estabelecidos como objetivos prioritários imediatos a análise de toda a informação disponível sobre o fenómeno, consistindo essencialmente nas centenas de processos-crime oriundos de todo o distrito judicial, e o contato com as principais entidades lesadas, numa perspetiva de auscultação das suas preocupações, recolha de informação e delimitação de estratégias de prevenção. A longo prazo, foi estabelecido o objetivo de conhecer o percurso de escoamento do produto furtado.

Visando o cumprimento dos objetivos imediatos, a Equipa Especial realizou, entre Março e Junho de 2012, reuniões de trabalho com diversas das entidades mais afetadas pelo fenómeno, nomeadamente, Brisa, EDP, Vodafone, REFER, STCP, Metro do Porto, bem como algumas associações representativas de empresas lesadas, como a APRITEL, estabelecendo contatos privilegiados com os seus representantes e criando canais de comunicação imediata, visando a rápida partilha de informações e experiências.

Foram ainda realizadas reuniões de cariz interno, com o Departamento de Investigação Criminal da PSP, Brigada de Proteção do Ambiente do COMETPOR, e com representantes da estrutura de investigação criminal dos vários Comandos de Polícia do distrito judicial do Porto³³.

Na perspetiva a longo prazo, foram desde logo encetados contatos com a Agência Portuguesa do Ambiente, com vista a conhecer o fluxo e transação dos vários metais, bem como a consciencializar da existência de centenas de operadores de gestão de resíduos licenciados e implementados na área do distrito judicial do Porto. Foram ainda estabelecidos contatos com a Autoridade Tributária, visando explorar uma abordagem diferente ao fenómeno, em colaboração com esta entidade.

No seu conjunto, estas atividades contribuíram para a evolução da Equipa Especial e para o desenvolvimento mais eficaz da sua ação investigatória, criando, por um lado, um substrato forte em termos de informação e

³³ Como resultado desta reunião, e atendendo à elevada carga processual existente na Equipa Especial nesse momento, foram distribuídos cerca de 200 processos-crime às Esquadras de Investigação Criminal dos Comandos de Polícia do distrito judicial do Porto, para realização da investigação, tendo em conta o critério de proximidade com os ilícitos criminais. No entanto, como nenhum desses inquéritos resultou em qualquer ação operacional de buscas ou apreensões, bem como deles não resultou a detenção de qualquer suspeito, não consideraremos esses processos-crime para efeitos do presente estudo.

conhecimento do fenómeno e, por outro, criando parcerias com outras entidades e organismos que, mesmo estando fora da estrutura de investigação, muito podem contribuir para o combate ao fenómeno.

Esta metodologia permitiu não só a identificação de suspeitos responsáveis por um elevado número de furtos na área do distrito judicial do Porto, mas também grupos com registos de crimes praticados a mais de 200 km de distância.



Figura 5 – Recorte de imprensa de 2013
Fonte – Jornal de Notícias de 18-07-2013, p. 11

Em suma, as principais diferenças deste modelo, face ao modelo tradicional de investigação, podem ser resumidas a três vetores:

- ✚ Na concentração, tratamento e análise de toda a informação criminal numa única ferramenta de análise, ao contrário do modelo tradicional de investigação, onde cada brigada, subunidade ou até mesmo cada OPC tem a sua ferramenta de análise;
- ✚ Na identificação, sinalização e investigação de grupos de criminosos, independentemente da área geográfica em que no momento concreto estão a atuar; evitando que grupos de criminosos com atuação numa área geográfica diferenciada possam estar a ser investigados por diferentes brigadas, subunidades ou OPC, sem que nenhum deles se aperceba (pelo menos num momento inicial) que estão todos a investigar o mesmo;

- ✚ Por fim, maior eficácia na identificação de grupos criminosos, fruto da concentração de informação, que permite o cruzamento de dados de ocorrências isoladas, que, no modelo tradicional, não justificariam uma intervenção.

3.4. Síntese

O furto de objetos em metal, quer sejam cobre ou outro metal, é conhecido há bastante tempo, existindo registos de ocorrências no Sistema Estratégico de Informação³⁴ da PSP de furto de torneiras em metal, tampas de saneamento e inclusive de fios de cobre da rede de distribuição de eletricidade desde de 2004, ano em que o sistema entrou em funcionamento.

No entanto, em 2011, e no período temporal de apenas alguns meses, esta tipologia criminal apresentou um aumento exponencial e uma dispersão geográfica generalizada, com a implementação de novos *modi operandi* e incidindo em novos alvos, de natureza crítica para as populações, como rede ferroviária e rede de telecomunicações, provocando milhões de euros em prejuízos, passando assim a revestir a natureza de um fenómeno criminal a nível nacional.

Em resposta ao contínuo crescimento do fenómeno, a PGR implementa um conjunto de medidas, expressas na Circular n.º 3/2012, de 12 de fevereiro, nomeadamente a concentração das investigações nos DIAP distritais, visando maximizar o fluxo de informação e assim obter melhores resultados.

Mais tarde, também o poder legislativo toma medidas de combate ao fenómeno, com a alteração legislativa imposta pela Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, a qual passa a qualificar o furto quando deste resulte o impedimento ou perturbação, por

³⁴ O Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional (SEI) é o sistema de informação da PSP, detentor de dados que suportam a atividade operacional nas áreas do crime, trânsito, investigação criminal, licenciamento e fiscalização, consistindo num sistema informático abrangente, repositório de informação típica de polícia judiciária e de polícia administrativa. O SEI integra-se ainda com outras bases de dados externas à PSP, via *webservices* ou mediante acesso através de perfis/permisões específicos, como por exemplo o SISOne4ALL, a base de dados de violência doméstica da RNSI e a base de dados do IMTT (Onofe, 2009).

qualquer forma, da exploração de serviços de comunicações ou de fornecimento ao público de água, luz, energia, calor, óleo, gasolina ou gás.

Neste contexto é criada, em 12 de fevereiro de 2012, Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR, em resposta à delegação de competências na PSP de todos os processos-crime do distrito judicial do Porto, o que se traduziu na delegação da competência de investigação do fenómeno a nível distrital.

Em regime de exclusividade, esta equipa foi incumbida da análise de toda a informação disponível, desenvolvendo para o efeito parcerias com as principais entidades lesadas e com outras entidades governamentais, visando caraterizar o fenómeno em toda a sua abrangência, desde do momento do furto até ao escoamento dos metais furtados, diferenciando-se, segundo o Subintendente Rui Mendes, comandante da DIC do COMETPOR, do modelo tradicional de investigação em dois aspetos:

Primeiro a potenciação da informação disponível – a criação de uma equipa permitiu concentrar todas as informações disponíveis, entre fontes abertas e fechadas, permitindo um melhor tratamento e posterior gestão da mesma em prol da melhoria da qualidade investigatória.

Por outro lado a coordenação processual e a definição de uma estratégia investigatória ampla – característica essencial ao sucesso das investigações uma vez que a existência de um Magistrado do Ministério Público que concentra todas as investigações relacionadas com o fenómeno em causa e sua posterior concentração em equipa de investigadores exclusivamente dedicados à investigação de crimes relacionados com o furto de metais não ferrosos permite que se estabeleçam parâmetros de coordenação de

natureza processual e, por inerência, de estratégia investigatória, a meu ver, essenciais ao sucesso do combate ao fenómeno;³⁵.

³⁵ Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do Porto, em entrevista a 12-01-2015, *Cfr.* Apêndice 2.

CAPÍTULO 4

TRABALHO DE CAMPO

4.1. Introdução

Como trabalho de campo, propomo-nos à análise dos resultados operacionais obtidos pela Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR, desde da sua criação até Março de 2014³⁶, o que perfaz dois anos de atividade, e o seu reflexo nas estatísticas criminais oficiais.

Não sendo exequível, face às limitações temporais na realização desta investigação, fazer a comparação com os resultados operacionais obtidos num outro distrito judicial, o que envolveria a solicitação dos dados a todas as subunidades da PSP e GNR que efetuaram as investigações no distrito de comparação, já que o distrito judicial do Porto foi o único onde a investigação de todas as ocorrências criminais relativas do fenómeno esteve concentrada numa só força de segurança, optámos pela análise comparativa das estatísticas criminais disponíveis referentes ao fenómeno nos diferentes distritos judiciais, nos anos de 2012 e 2013.

Para além desta análise de resultados, propomo-nos ainda analisar as opiniões dos principais gestores do processo de investigação, a saber, Dr.^a Gabriela Torres, Procuradora-Adjunta do DIAP do Porto, Superintendente Francisco Bagina, Comandante do COMETPOR, Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do COMETPOR, e Chefe Rui Silva, Chefe da Equipa Especial, referentes à Equipa Especial e às suas experiências ao longo do período de atividade da mesma.

³⁶ O último relatório efetuado pela Equipa Especial foi efetuado em Abril de 2014, referente ao período desde da sua criação até ao Despacho n.º 6/2014, de 13 de fevereiro, da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, com o qual se retoma a delegação das investigações, por parte do DIAP do Porto, no OPC da área da competência territorial em que tenha sido cometida a infração criminal.

4.2. Análise dos dados estatísticos da Equipa Especial de investigação no COMETPOR

Para efeitos da análise dos resultados obtidos pela Equipa Especial, teremos de ter em conta dois períodos distintos, resultado da alteração de procedimentos na distribuição de processos por parte do DIAP do Porto.

Assim, entre Março de 2012 e Novembro de 2012, o DIAP do Porto delega na Equipa Especial a investigação de todos os processos-crime concentrados naquele departamento ao abrigo da Circular n.º 3/2012 da PGR, referentes ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos. Com o Despacho n.º 56/2012, de 28 novembro, da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, as comarcas do distrito judicial do Porto passam a remeter ao DIAP Distrital apenas os inquéritos em que “existam elementos que permitam, por si só ou mediante conexão processual com outros inquéritos, desenvolver uma efetiva investigação criminal”³⁷.

Esta alteração no movimento de inquéritos na autoridade judiciária teve forte impacto na Equipa Especial, com a redução muito significativa de processos delegados, como demonstra o Gráfico 1, e a consequente libertação do “inútil trabalho administrativo e burocrático de movimentação processual”³⁸ provocado pelo elevado número de inquéritos contra desconhecidos.

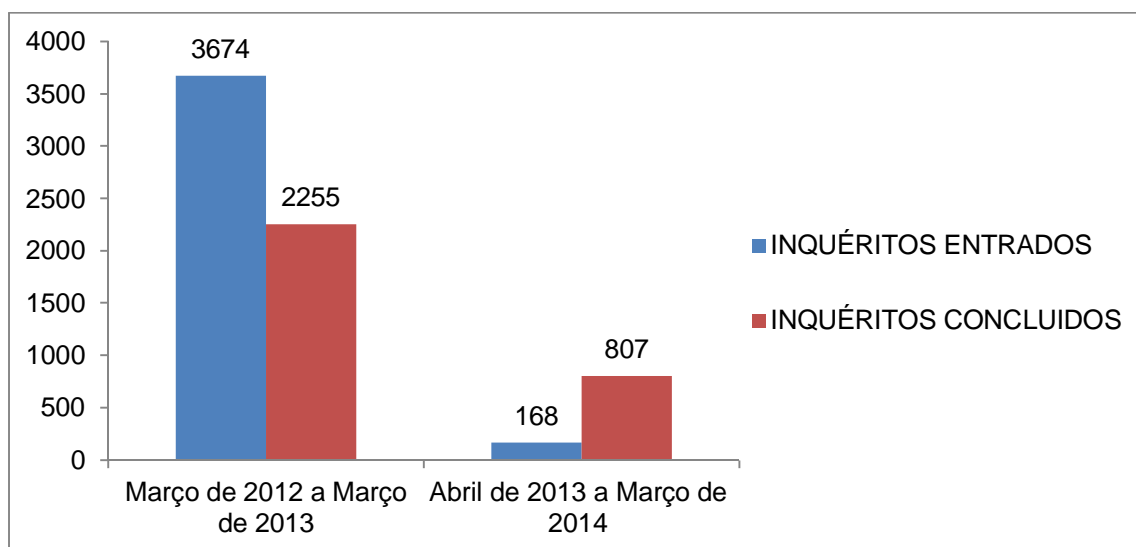


Gráfico 1 - Movimento de inquéritos entre março de 2012 e março de 2014
Fonte: Balanço Brigada – COBRE/DIC 2012 – 2014 Distrito Judicial do Porto

³⁷ Cfr. Despacho n.º 56/2012, de 28 de novembro, da Procuradoria-Geral Distrital do Porto.

³⁸ *Idem*

No entanto, a carga processual recebida até março de 2013 tem reflexo no período seguinte, onde se verifica que a conclusão de inquéritos é muito superior aos novos inquéritos delegados pelo Ministério Público, resultante da elevada pendência processual³⁹.

Como consequência da investigação dos cerca de 3850 inquéritos delegados pelo Ministério Público, a Equipa Especial identificou e/ou constitui 1569 indivíduos arguidos pela prática de ilícitos criminais diretamente relacionados com o fenómeno criminal de furto de materiais não ferrosos, conforme Gráfico 2.

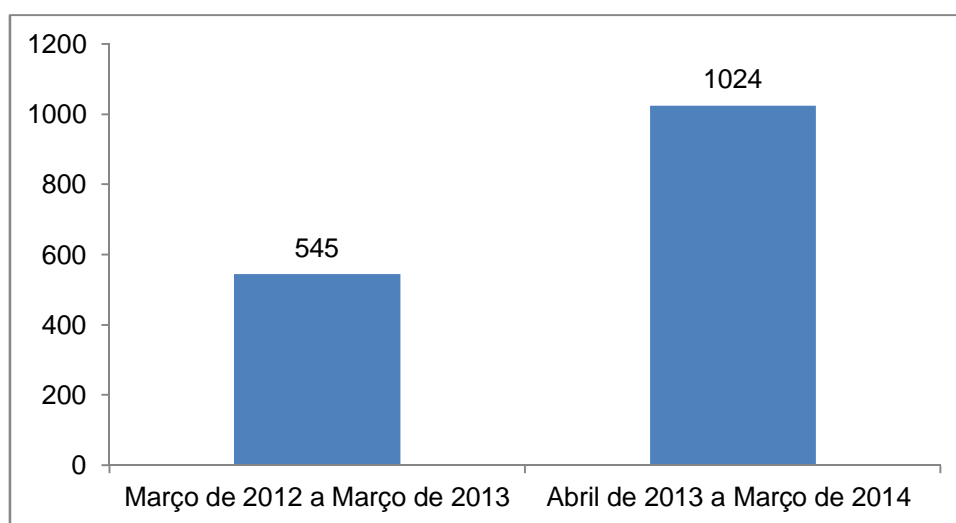
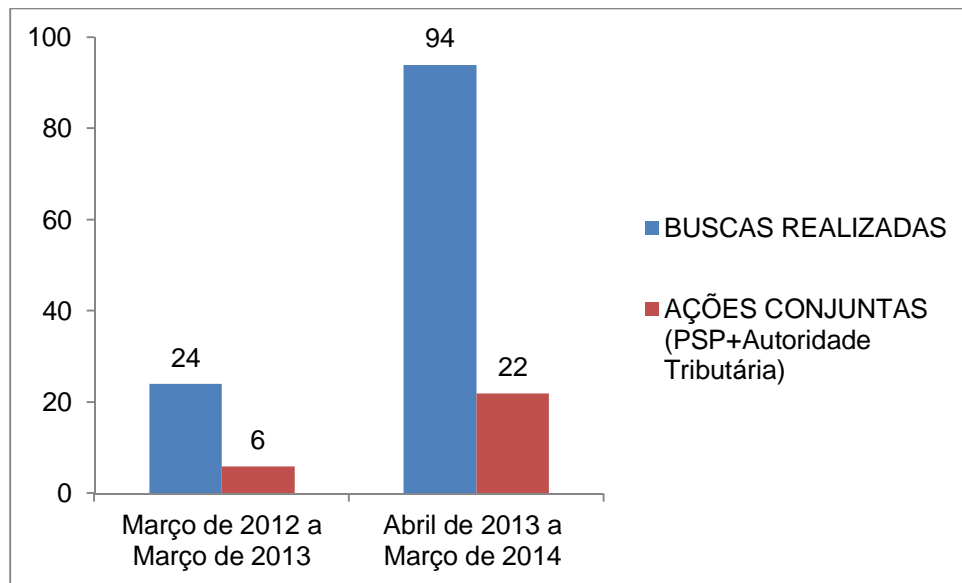


Gráfico 2 - Somatório de arguidos constituídos e suspeitos identificados
Fonte: Balanço Brigada – COBRE/DIC 2012 – 2014 Distrito Judicial do Porto

Também nesta atividade se verifica uma grande diferença entre os dois períodos definidos, com o período Abril2013/Março2014 a ter um aumento de 187% de identificações e/ou constituições de arguido face ao anterior, sendo o oposto do que seria expectável face à movimentação processual de ambos os períodos.

A mesma tendência verifica-se igualmente nas buscas, domiciliárias e não domiciliárias, e nas operações conjuntas realizadas no âmbito das investigações, onde o aumento no período Abril2013/Março2014 foi de 392% e 367% respetivamente, conforme Gráfico 3.

³⁹ A título meramente ilustrativo, a carga processual da Equipa Especial representou sensivelmente 1,8% de toda a carga processual da PSP no biénio 2012/2013, sendo o seu efetivo apenas 0,4% do total de elementos afetos à estrutura de investigação criminal. (RAIC 2013).

**Gráfico 3** - Buscas e operações conjuntas realizadas

Fonte: Balanço Brigada – COBRE/DIC 2012 – 2014 Distrito Judicial do Porto

Num total de 118 buscas domiciliárias e não domiciliárias, a quase totalidade das mesmas foi efetuada no período Abril2013/Março2014, podendo-se concluir por uma muito maior atividade operacional da Equipa Especial nesse período do que no anterior. A corroborar esta conclusão, o número de ações conjuntas com a Autoridade Tributária⁴⁰ aumentou de 6 operações no período Março2012/Março2013, para 22 no período seguinte, perfazendo 28 ações conjuntas.

É, no entanto, nas detenções, e em especial nas medidas de coação aplicadas aos detidos, que os dois períodos temporais apresentam as diferenças mais significativas. Durante o primeiro ano de atividade, a Equipa Especial procedeu à detenção de 26 indivíduos pela prática de ilícitos criminais relacionados com o fenómeno criminal, tendo sido aplicada medidas de coação privativas da liberdade⁴¹ a dois dos detidos. No período seguinte, entre Abril2013/Março2014,

⁴⁰ A Autoridade Tributária tem a missão de administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, bem como exercer o controlo da fronteira externa da União Europeia e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de proteção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Governo e o Direito da União Europeia. Prossegue, entre outras, a atribuição de exercer a ação de inspeção tributária e aduaneira, garantir a aplicação das normas a que se encontram sujeitas as mercadorias introduzidas no território da União Europeia e efetuar os controlos relativos à entrada, saída e circulação das mercadorias no território nacional, prevenindo, investigando e combatendo a fraude e evasão fiscais e aduaneiras e os tráficos ilícitos, *Cfr.* Art. 2º da Lei n.º 118/2011, de 28 de dezembro

⁴¹ São medidas de coação privativas da liberdade a prisão domiciliária (art. 202º do CPP) e a obrigação de permanência na habitação (art. 201º do CPP).

foram efetuadas 45 detenções, das quais resultaram a aplicação de 25 medidas de coação privativas da liberdade.

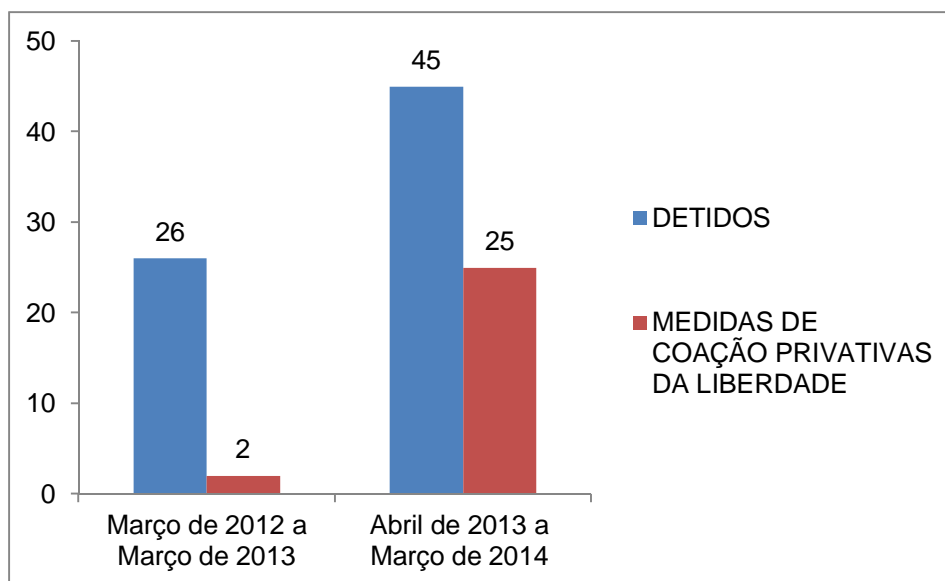


Gráfico 4 - Detenções e medidas de coação privativas de liberdade aplicadas
Fonte: Balanço Brigada – COBRE/DIC 2012 – 2014 Distrito Judicial do Porto

Este aumento de 1250% de medidas de coação privativas da liberdade, face aos 173% das detenções, poderá representar não só uma maior atividade operacional da Equipa Especial, mas também, e essencialmente, uma maior orientação no esforço da investigação, visando melhor preparação dos indícios carreados para os processos, resultando na melhoria das investigações produzidas.

4.3. Análise das estatísticas criminais

Como já referimos anteriormente⁴², a Direção-Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça apenas autonomizou as ocorrências relacionadas com furto de materiais não ferrosos para efeitos de estatística criminal em 2012, pelo que não existem dados oficiais de anos anteriores.

Comparando os totais nacionais, o fenómeno criminal em causa registou uma diminuição de 11,6% em 2013, com a instauração de 13426 processos-crime, verificando-se um decréscimo de 1758 processos face ao ano de 2012. Esse decréscimo foi mais significativo no distrito judicial do Porto, onde numa análise

⁴² Cfr. Capítulo 3 – seção 3.2 – Caraterização do fenómeno.

diacrónica se pode verificar uma descida de 18,7% face a 2012. Já nos restantes distritos judiciais, a descida foi menos acentuada, cifrando-se nos 6,9%, conforme resulta do Quadro 1:

Tabela 1 - Comparativo das estatísticas criminais nacionais 2012-2013

	2012	2013	Variação	
Total de Ocorrências	15184	13426	-1758	-11,6%
Distrito Judicial do Porto	5999	4875	-1124	-18,7%
% do Total	39,5%	36,3%	63,9%	
Restantes Distritos Judiciais	9185	8551	-634	-6,9%
% do Total	60,5%	63,7%	36,1%	

Fonte - Direção Geral de Política de Justiça, <http://www.siej.dgpj.mj.pt>, consulta em 21-11-2014

Analisando mais pormenorizadamente o distrito judicial do Porto, verifica-se que todos os distritos administrativos que o compõem apresentaram um decréscimo de ocorrências em 2013.

Tabela 2 - Comparativo das estatísticas criminais do Distrito Judicial do Porto 2012-2013

	2012	2013	Variação	
Aveiro	1579	1317	-262	-16,6%
Braga	546	456	-90	-16,5%
Bragança	130	122	-8	-6,2%
Porto	2251	1989	-262	-11,6%
Viana do Castelo	80	75	-5	-6,2%
Vila Real	263	255	-8	-3,0%
Viseu	1150	661	-489	-42,5%

Fonte - Direção Geral de Política de Justiça, <http://www.siej.dgpj.mj.pt>, consulta em 21-11-2014

O decréscimo foi mais acentuado em Viseu (-42,5%), Aveiro (-16,6%), Braga (-16,5%) e Porto (-11,6%), distritos administrativos onde o número de ocorrências é manifestamente superior aos restantes.

Verifica-se, portanto, uma homogeneidade na tendência decrescente do fenómeno em todo o distrito judicial do Porto, área de atuação da Equipa Especial de investigação do furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR durante o período em análise.

Expandindo a comparação a todo o território nacional, com exceção das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, podemos ainda verificar que houve uma descentralização das ocorrências a norte do território em 2013, mantendo-se no entanto o distrito do Porto como um dos distritos com maior índice de ocorrências, conforme figura 6.

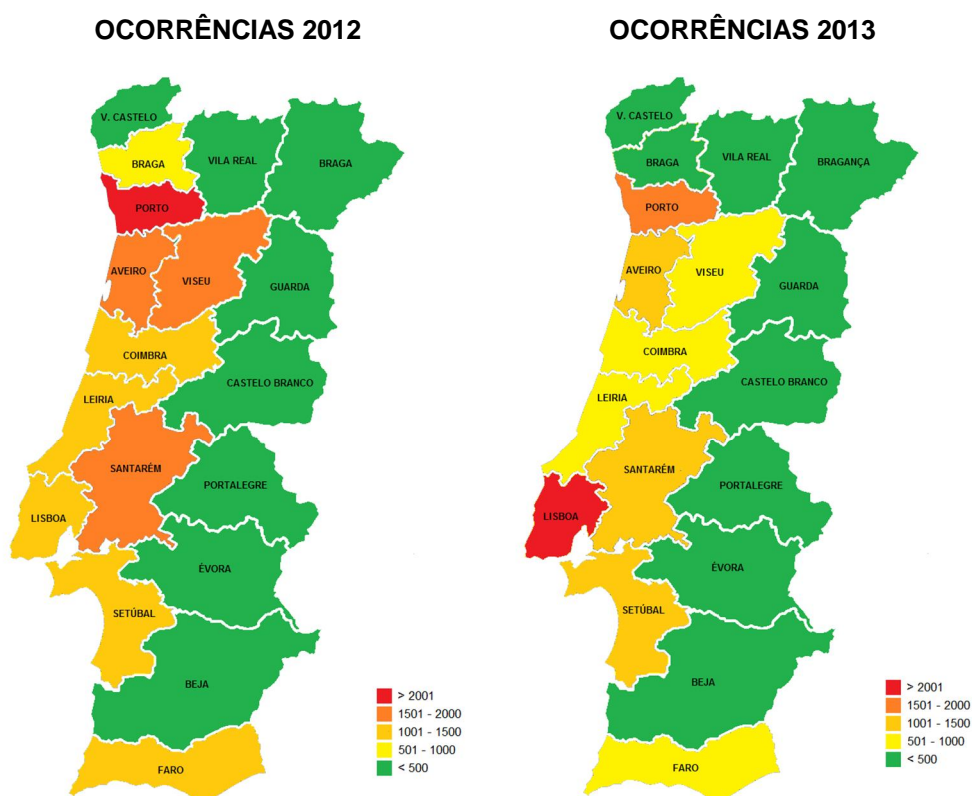


Figura 6 - Comparativo de número de ocorrências entre 2012 e 2013

Fonte - Direção Geral de Política de Justiça, <http://www.siej.dgpj.mj.pt>, consulta em 21-11-2014

Esta descentralização torna-se ainda mais evidente se compararmos o número de ocorrências entre 2012 e 2013 em cada um dos distritos administrativos, onde se verifica um aumento generalizado das ocorrências no interior e no sul do território, bem como no distrito de Lisboa, que apresenta o maior aumento face a 2012, como mais 51,3% de ocorrências relacionadas com o fenómeno.

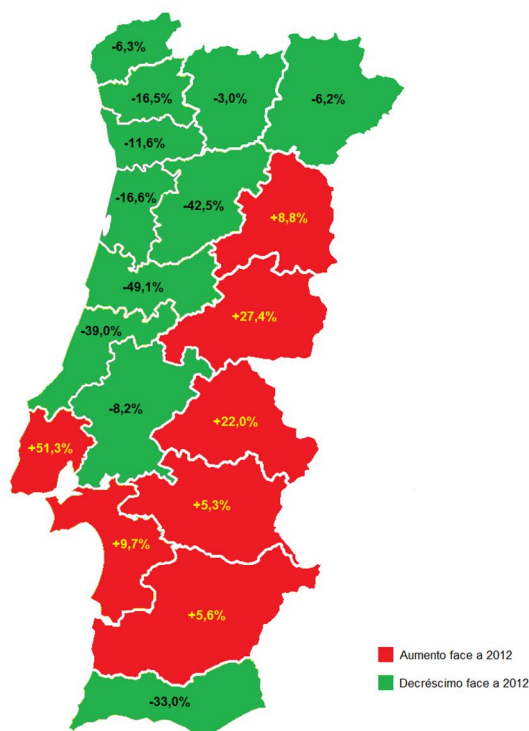


Figura 7 - Variação do número de ocorrências 2012 - 2013

Fonte - Direção Geral de Política de Justiça, <http://www.siej.dgpj.mj.pt>, consulta em 21-11-2014

Esta análise permite concluir que existiu uma mutação geográfica do fenómeno em 2013, com uma deslocação para o sul e interior do território nacional, com a exceção do distrito de Faro, que apresentou uma descida de 33% no número de ocorrências.

Assim, e face aos números apresentados referentes ao distrito judicial do Porto, poder-se-á concluir que a Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR, como única responsável pela investigação de todos os processos-crime relacionados com o fenómeno em causa nesse distrito judicial, teve influência no decréscimo do número de ocorrências verificado em 2013 e, consequentemente, impacto no fenómeno a nível nacional.

4.4. Entrevistas aos gestores do processo de investigação

Após a análise quantitativa dos resultados operacionais da Equipa Especial e das estatísticas criminais relacionadas com o fenómeno, importa agora fazer uma análise qualitativa do desempenho da Equipa, baseada na opinião dos gestores

do processo de investigação diretamente envolvidos na sua criação, implementação e coordenação.

Para efeitos do presente estudo, consideramos gestores do processo de investigação os elementos policiais com funções de chefia e coordenação diretamente envolvidos na investigação, nomeadamente:

- ✚ o chefe da Equipa Especial de investigação, Chefe Rui Silva;
- ✚ o comandante da Divisão de Investigação Criminal, Subintendente Rui Mendes;
- ✚ o Comandante do Comando Metropolitano do Porto, Superintendente Francisco Bagina;

bem como a magistrada do Ministério Público do DIAP do Porto titular do processo, Dr.^a Gabriela Torres, incluindo assim todos os níveis de coordenação, desde da operacional à estratégica, do processo de investigação.

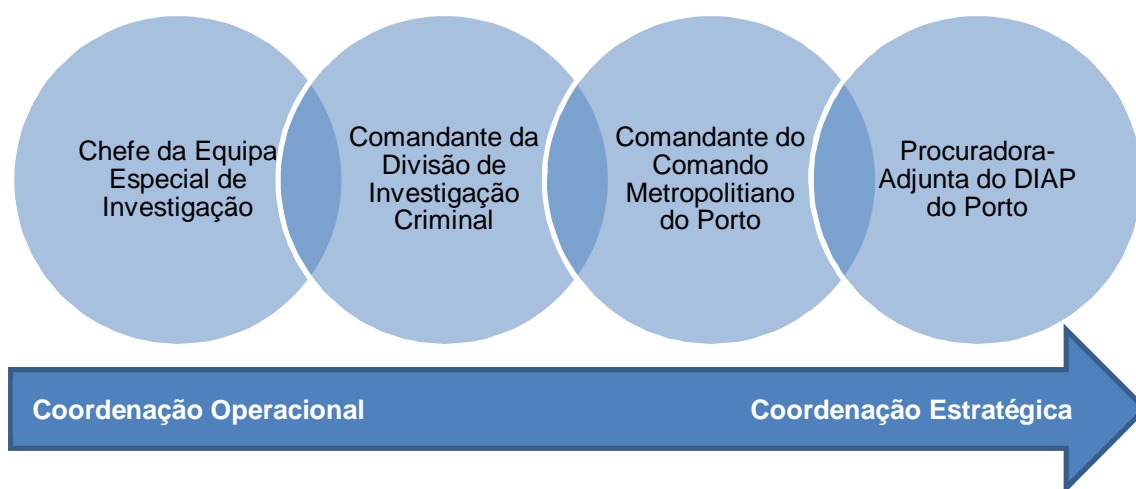


Figura 8 – Gestores do processo de investigação

Fonte – Elaboração própria






Solicitados a pronunciarem-se, mediante entrevista estruturada⁴³, todos os gestores foram unânimes ao considerarem a criação da Equipa Especial um método eficaz no combate ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos, tendo indicado como principais características desta equipa o fluxo e centralização da informação (75% dos entrevistados), uma perspetiva alargada a outras tipologias

⁴³ Cfr. Apêndice 1 – Guião de entrevista, Apêndice 2 – Entrevistas efetuadas aos gestores e Apêndice 3 – Análise de conteúdos das entrevistas.

criminais (75% dos entrevistados), a intervenção conjunta na área do ambiente (75% dos entrevistados) e a especialização dos investigadores (50% dos entrevistados).

No que concerne às principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação ao fenómeno criminal, 75% dos entrevistados identificam a implementação de uma estratégia global e ampla para compreender o fenómeno nas suas diferentes dimensões e 50% a concentração e potenciação da informação disponível, sendo que apenas 25% identifica os resultados obtidos como uma diferença introduzida pela criação da Equipa Especial.

Também unânime entre os entrevistados é a opinião que o método de criação de equipas especiais poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais, realçando a importância do mesmo ser replicado noutros fenómenos criminais⁴⁴, nomeadamente:

-  Furto de Veículos → 50% dos entrevistados;
-  Furto em residência → 50% dos entrevistados;
-  Furto em estabelecimentos → 50% dos entrevistados;
-  Criminalidade com conexões internacionais → 50 % dos entrevistados;
-  Violência doméstica → 25% dos entrevistados.

Podemos assim concluir que a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a eficácia da Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR é muito positiva, e que a criação de equipas especiais deverá “constituir-se como uma boa prática a ser replicada”⁴⁵, e que “sempre que haja fenómenos criminas específicos [...] é importante a existência deste tipo de equipas.”⁴⁶.

⁴⁴ Atualmente, já existirem mais duas equipas especiais no seio da DIC do COMETPOR, com a mesma natureza, a desenvolver o seu trabalho no âmbito específico da violência doméstica e da criminalidade desenvolvida por estruturas criminais originárias de outros países, estando prevista a constituição de uma outra equipa especial para a investigação do furto de viaturas.

⁴⁵ Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do Porto, em entrevista a 12-01-2015, *Cfr.* Apêndice 2.

⁴⁶ Dr.^a Gabriela Torres, Procuradora-Adjunta do DIAP do Porto, em entrevista a 13-01-2015, *Cfr.* Apêndice 2.

4.5. Síntese

A Equipa Especial de investigação ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR foi responsável, durante um período de 2 anos, pela investigação de cerca 3800 inquéritos crime, resultantes de ilícitos criminais ocorridos em todo o distrito judicial do Porto.

Inicialmente orientados numa vertente de recolha de informação e compreensão do fenómeno, “cujos resultados da concentração de toda a investigação e consequentemente toda a informação numa equipa só, rapidamente começaram a produzir resultados positivos”⁴⁷, a atividade da Equipa é marcada pela alteração no procedimento de distribuição de inquéritos ocorrida em 2013, passando os inquéritos contra desconhecidos a serem investigados nas respetivas comarcas, o que permitiu uma redução muito significativa na carga processual e, consequentemente, a concentração do esforço “na investigação de grupos criminais que, ainda que alguns apresentassem alguma estruturação, estavam essencialmente dedicados á parte da execução dos crimes”⁴⁸.

Este percurso permitiu “uma compreensão profunda dos contextos em que as ilicitudes se realizavam, uma investigação mais vasta e que englobou não só os grupos responsáveis pela execução, mas também outros autores, com especial ênfase para o papel dos gestores de resíduos sólidos”⁴⁹.

Estes dois períodos são claramente perceptíveis nos resultados obtidos pela Equipa Especial, com um aumento exponencial da atividade operacional desenvolvida, de onde se realçam um aumento de 1250% nas medidas de coação privativas da liberdade aplicadas pela autoridade judiciária e de 173% nas detenções efetuadas.

No que respeita às estatísticas criminais oficiais, podemos verificar, entre 2012 e 2013, um decréscimo generalizado em todo o distrito judicial do Porto, com uma redução de 1124 ocorrências em 2013, o que representou uma redução de 18,7% face ao ano anterior, face a uma redução média a nível nacional de apenas 11,6%.

⁴⁷ Chefe Rui Silva, Chefe da Equipa Especial da DIC do COMETPOR, em entrevista a 07-12-2014, *Cfr.* Apêndice 2.

⁴⁸ Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do Porto, em entrevista a 12-01-2015, *Cfr.* Apêndice 2.

⁴⁹ *Idem*

Em sintonia com os resultados obtidos, todos os gestores do processo de investigação envolvidos, desde do nível operacional ao nível estratégico, são unânimes ao considerarem a criação da Equipa Especial um método eficaz no combate ao fenómeno criminal do furto de materiais não ferrosos, considerando que o modelo deve ser replicado a outros fenómenos criminais “sempre que haja necessidade de se estudar e perceber o fenómeno, de cruzar informações”⁵⁰ e onde “é importante a existência deste tipo de equipas”⁵¹.

⁵⁰ Dr.^a. Gabriela Torres, magistrada do DIAP do Porto, em entrevista a 13-01-2015, *Cfr.* Apêndice

2.
⁵¹ *Idem*

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Introdução

À PSP, inserida num sistema nacional de investigação criminal de competências legalmente definidas, cabe-lhe a missão de investigar um grande conjunto de tipologias criminais, que se traduzem em mais de 1/3 de todos os processo-crime em Portugal.

Esta limitação legal, decorrente da reserva de competência de investigação de determinados crimes à PJ, não obsta a que algumas tipologias criminais investigadas pela PSP causem forte impacto social e económico, pela forma organizada e concertada com que são praticados, pelo elevado número de ocorrências, pela rápida e elevada disseminação geográfica, ou pela natureza das vítimas e/ou lesados, entre outros fatores.

Também a constante evolução da criminalidade, associada ao fenómeno da globalização, onde novos *modi operandi* são rapidamente importados de outros países e onde o crime não conhece fronteiras, impõe às polícias a necessidade de desenvolver novos métodos e técnicas de prevenção e de investigação dos ilícitos criminais.

Neste contexto, novos métodos de investigação, alicerçados na experiência adquirida ao longo dos últimos 20 anos, e orientados não para o ilícito criminal como ato isolado, mas antes para o fenómeno criminal que lhe está associado, revelam-se os mais eficazes no combate ao crime.

A Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR surge como resposta a estes novos desafios, numa perspetiva de investigação ampla e abrangente, numa clara aposta de investigação a médio/longo prazo, visando a compreensão do fenómeno nas suas diferentes

dimensões, baseada não numa lógica do processo em concreto, mas antes numa estratégia global de investigação.

Este método veio a revelar a sua eficácia, sendo a Equipa Especial responsável, ao longo de dois anos, pela realização de mais de 3800 inquéritos-crime, a detenção de 71 suspeitos, dos quais a 27 foram aplicadas medidas de coação privativa da liberdade, e a realização de 146 operações de busca e fiscalização.

Esta atividade operacional teve reflexo no fenómeno criminal, revelando as estatísticas criminais oficiais em 2013 um decréscimo 18,7% no número de ocorrências registadas no distrito judicial do Porto.

Também os gestores do processo de investigação, desde do nível operacional – chefe da equipa, ao nível estratégico – Ministério Público, são unânimes ao considerarem este método eficaz no combate ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos, considerando que deve ser replicado na investigação a outros fenómenos criminais, existindo já em funcionamento duas outras equipas especiais na DIC do COMETPOR, no âmbito específico da violência doméstica e da criminalidade desenvolvida por estruturas criminais originárias de outros países, prevendo-se a criação de uma terceira a curto prazo, para a investigação do fenómeno associado ao furto de viaturas.

5.2. Verificação da(s) hipóteses

Regressando às hipóteses com que iniciamos a presente investigação, nomeadamente:

Hipótese teórica: A criação de equipas de investigação especiais em regime de exclusividade é um método eficaz no combate aos fenómenos criminais.




Hipótese prática: A criação da equipa especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos na DIC do COMETPOR potenciou os resultados obtidos.

Após a análise efetuada aos resultados operacionais obtidos pela Equipa Especial de investigação, e das opiniões recolhidas junto dos gestores do processo de investigação, podemos validá-las como verdadeiras, concluindo que, face a critérios como a complexidade da ação criminosa, a sua plurilocalização, ou

número de suspeitos/organizações intervenientes, a criação de equipas especiais de investigação é um método eficaz no combate aos fenómenos criminais, e que a implementação desta metodologia na DIC do COMETPOR potenciou os resultados obtidos.

5.3. Confirmação dos objetivos e resposta às questões da investigação

No que concerne aos objetivos a que nos propusemos, foram atingidos todos os objetivos específicos, nomeadamente:

-  Analisar os resultados obtidos pela equipa especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos na DIC do COMETPOR.
-  Analisar as estatísticas criminais referentes ao fenómeno de furto de materiais não ferrosos, nos anos de 2012 e 2013.
-  Analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da equipa especial da DIC COMETPOR

Com o atingir destes objetivos específicos, foi possível atingir também o objetivo geral proposto, determinar a eficácia das equipas especiais de investigação, em regime de exclusividade, na investigação a fenómenos criminais, o que permitiu dar resposta às questões inicialmente levantadas, concluindo que “este modelo de organização – quando se tratam de fenómenos criminais – é aquele que permite uma maior eficácia a par de uma maior eficiência”⁵², que se traduzem no potenciar dos resultados obtidos.

5.4. Reflexões finais e Recomendações

A PSP, enquanto polícia integral, enfrenta hoje diversos desafios em várias vertentes de atuação, onde a investigação criminal ganha cada vez mais importância.

⁵² Chefe Rui Silva, Chefe da Equipa Especial da DIC do COMETPOR, em entrevista a 07-12-2014, Cfr. Apêndice 2.

Volvidos cerca de 20 anos desde do início desta atividade na PSP, a investigação criminal está hoje consolidada na instituição, contribuindo de forma vital para o sistema de justiça em Portugal.

Baseados nas conclusões do presente relatório, bem como nos 11 anos de experiência profissional na vertente de investigação criminal na PSP, somos da opinião que, não descurando a óbvia necessidade da investigação processo-a-processo, o caminho a seguir na senda de evolução que tem vindo a caracterizar o sistema de investigação na instituição passa indubitavelmente pelas estratégias globais de combate aos fenómenos criminais, alicerçadas em equipas específicas (se se quiser evitar o vocábulo especiais), primando pelos objetivos a médio/longo prazo e pela necessidade de compreender os fenómenos não como os atos isolados dos crimes em si, mas como parte de um sistema composto por vários intervenientes, em diversos níveis de atuação.

Esta evolução terá de ser caracterizada por métodos que permitam a concentração, tratamento e análise de toda a informação criminal numa única equipa e ferramenta de análise, bem como permitam a rápida identificação, sinalização e investigação de grupos de criminosos, independentemente da sua área geográfica de atuação;

Esta metodologia, implementada com excelentes resultados no COMETPOR no combate ao furto de materiais não ferrosos, veio demonstrar a capacidade da PSP em dar uma resposta muito positiva perante um desafio inédito na sua história: o deferimento de competência distrital de investigação, não para um tipo de crime, mas sim para todos os ilícitos criminais relacionados com o fenómeno, de certa forma contrariando o que legalmente se encontra previsto na LOIC, nomeadamente ao nível das competências territoriais e funcionais de investigação das polícias.

Após 3 anos de atividade desta equipa, urge recolher a sua experiência e partilhá-la com a restante estrutura de investigação, evitando que as boas práticas se limitem à unidade onde se desenvolveram, consistindo o Departamento de Investigação Criminal da DN/PSP o motor fundamental dessa partilha, promovendo a elaboração de manuais de boas práticas, bem como a realização de seminários/reuniões de trabalho onde se discutam, aperfeiçoem e se

desenvolvam este e novos métodos de investigação, visando uma investigação mais eficaz, para um Portugal mais seguro.

5.5. Limitações da Investigação

Foram várias as limitações que encontramos no decurso da investigação. Desde logo, as decorrentes do tema proposto, que a limitaram às equipas especiais de investigação na PSP e ao seu impacto no combate aos fenómenos criminais, o que não permitiu discorrer sobre outras temáticas relevantes na investigação de fenómenos criminais, como por exemplo, a criação de equipas especiais conjuntas com outras forças e serviços de segurança.

O tempo disponível para a realização da investigação foi outra limitação, revelando-se ainda mais limitador se atendermos que a quase totalidade decorreu em simultâneo com a componente letiva do curso de comando e direção policial.

Outra limitação encontrada foi a quase a inexistência de literatura específica sobre o tema das equipas especiais de investigação, em contraponto com um universo muito extenso de literatura sobre investigação criminal, o que associado ao pouco tempo para a realização do presente relatório, constituiu uma dificuldade na pesquisa de informação.

Por fim, o fato do objeto de estudo escolhido para o trabalho de campo, a Equipa Especial de investigação ao furto de materiais não ferrosos da DIC do COMETPOR, ser única no país com competência para a investigação do fenómeno na totalidade de um distrito judicial, o que invalidou estudos comparativos com outras equipas de natureza similar, limitando a investigação à comparação de estatísticas criminais.

5.6. Investigações futuras

Face às limitações que referimos no ponto anterior, consideramos que existem várias linhas de investigação possíveis de serem seguidas, com vista ao

aprofundamento do tema das equipas especiais de investigação no seio da PSP, nomeadamente:

- ✚ Efetuar um estudo junto das várias entidades lesadas (Brisa, EDP, Vodafone, REFER, STCP, Metro do Porto, APRITEL, entre outras) que foram envolvidas no projeto desenvolvido pela Equipa Especial de investigação, visando aferir do seu grau de satisfação e da sua recetividade a futuros projetos da mesma natureza;
- ✚ Fazer a análise dos processos-crime investigados pela Equipa Especial, nomeadamente ao nível das acusações efetuadas pela Autoridade Judiciária e, posteriormente, dos resultados dos julgamentos realizados, na perspetiva de avaliar o impacto deste método de investigação na aplicação da justiça.
- ✚ Serem efetivamente comparados os resultados operacionais da Equipa Especial da DIC do COMETPOR com os resultados obtidos pela PSP e GNR noutro distrito judicial, visando consolidar as conclusões a que chegamos no presente relatório.

BIBLIOGRAFIA

- Alain, M. (2008). Os Bandos de Motards no Quebec: A distinção entre crime organizado e criminosos organizados in M. Blanc, M. Ouimet, & D. Szabo, *Tratado de Criminologia Empírica* (pp. 123-142). Lisboa: Climepsi Editores.
- Alves, B. M. (2005). *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para um melhor desempenho policial (Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Borges, R. A. (2013). *A Segurança Interna de Portugal no Quadro da União Europeia: Para uma Governança Multinível? (Trabalho de Projeto de Mestrado Integrado em Ciências Policiais não publicada)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Camara, P. B., Guerra, P. B., & Rodrigues, J. V. (2013). *Humanator XXI - Recursos humanos e sucesso empresarial* (6ª ed.). D. Quixote.
- Circular DEPIPOL n.º1719, de 4 de agosto de 2003, da DN/PSP.
- Circular n.º 3/2012, de 12 de fevereiro, da Procuradoria-Geral da República.
- Decreto-Lei n.º 118/2011 de 15 de dezembro - Lei Orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira in *Diário da República*, 1.ª série - N.º 239 (pp. 5301-5304).
- Decreto-Lei n.º 81/95, de 2 de Abril - Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas in *Diário da República*, 1ª Série - N.º 95 (pp. 2314-2316).
- Despacho n.º 20/GDN/2009, de 15 de dezembro, do Departamento de Operações da DN/PSP.
- Fernandes, T. E. (2011). Caracterização do fenómeno no Quadro Nacional in *Politeia*, ano VIII (pp. 121-142). Lisboa: ISCPSI.
- Ferreira, R. J. (2001). *A Investigação Criminal na P.S.P.: contributo para a sua estrutura e organização (Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Direção-Geral da Política de Justiça, consulta em 21 de novembro de 2014, de <http://www.siej.dgpj.mj.pt>
- Latas, A. (2013). *As alterações ao Código Penal introduzidas pela Lei 197/2013 de 21 de fevereiro*, consulta em 1 de dezembro de 2014, de Tribunal da Relação de Évora: http://www.tre.mj.pt/docs/AsAlteracoesAoCodigoPenal_DrAntonioLatas.pdf
- Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro - 29ª Alteração ao Código Penal in *Diário da República*, 1.ª série — N.º 37 (pp. 1096-1098).
- Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto - Lei de Organização da Investigação Criminal in *Diário da República*, 1.ª série - N.º 165 (pp. 6038-6042).
- Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto - Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública in *Diário da República*, 1ª série - N.º 168 (pp. 6065-6074).
- Mendes, N. M. (2005). *A investigação criminal na PSP: modelo actual e perspectivas de evolução (Relatório Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial)*. Lisboa: ISCPSI.
- Ministros, C. d. (2007). *Exposição de motivos da alteração à Lei de Organização da Investigação Criminal*, consulta em 29 de 01 de 2015, de Direção-Geral da Política de Justiça: http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2007/reuniao-do-conselho-de5799/downloadFile/attachedFile_f0/Alteracao_da_Lei_de_Organizacao_e_Investigacao_Criminal.pdf?nocache=1191505582.32
- Ministros, C. d. (2012). *Proposta de Lei 75/XII*, consulta em 01 de 12 de 2014, de Assembleia da República.pt: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37088>
- Oliveira, J. F. (2010). *Reflexões sobre a Atribuição da Competência de Investigação Criminal à PSP (Trabalho de Projeto de Mestrado Integrado em Ciências Policiais não publicada)*. Lisboa: ISCPSI.
- Onofe, P. J. (2009). *Investigação criminal na PSP: modelo actual e perspectivas de evolução. (Relatório Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial)*. Lisboa: ISCPSI.
- Pereira, E. d. (2014). *Investigação, Verdade e Justiça - A investigação criminal como ciência na lógica do Estado de Direito*. Porto Alegre: Núria Fabris Ed.
- Portaria n.º 2/2009, de 2 de janeiro - Altera a estrutura dos comandos territoriais de polícia prevista na Portaria n.º 434/2008 de 18 de junho in *Diário da República*, 1.ª série - N.º 1 (pp. 2-11).
- Portaria n.º 383/2008, de 29 de maio - Estrutura Nuclear da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública in *Diário da República*, 1.ª série - N.º 103 (pp. 3015-3020).

- Portaria n.º 434/2008 de 18 de junho - Estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respectivas subunidades *in Diário da República*, 1.ª série - N.º 116 (pp. 3488-3491).
- Tribunal da Relação do Porto, consulta em 20 de novembro de 2014, de <http://www.trp.pt/distritojudicial.html>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- RAIC. (2013). *Relatório Anual de Investigação Criminal 2013*. Departamento de Investigação Criminal da PSP.
- RASI. (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*. Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*. Sistema de Segurança Interna.
- RASI. (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*. Sistema de Segurança Interna.
- Relatório Balanço Brigada – COBRE/DIC 2012 – 2014 Distrito Judicial do Porto, Abril de 2014, da DIC do COMETPOR.
- Santos, C. J. (2013). *Investigação Criminal: Seu Regime no Marco do Estado Democrático de Direito*. Porto Alegre: Núria Fabris Ed.
- Santos, N. P. (2008). Evolução e Perspectivas de Futuro da Investigação Criminal na PSP (Reflexões). In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Antur Anselmo* (pp. 565-568). Almedina.
- Sarmiento, M. (2013). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Tavares, S. J. (2005). *A Investigação Criminal da PSP: o modelo actual e perspectivas de evolução - A realidade da Divisão de Investigação Criminal da Polícia do Porto. (Relatório Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial)*. Lisboa: ISCPSI.
- Torres, J. E. (2005). *A investigação criminal na PSP: o modelo actual e perspectivas de evolução ao encontro do conceito de Polícia Técnica de Proximidade (Relatório Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial)*. Lisboa: ISCPSI.
- Valente, M. G. (2000). A Investigação Criminal como Motor de Arranque do Processo Penal *in Revista Polícia Portuguesa*, Ano LXIII, 2ª série, nº 122, Abril/Março (pp. 2-5).
- Valente, M. G. (2004). *Regime Jurídico da Investigação Criminal, Comentado e Anotado* (2ª Edição Revista e Aumentada ed.). Coimbra: Almedina.
- Valente, M. G. (2012). *Do Ministério Público e da Polícia*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

ANEXO A

**RELATÓRIO DA APRITEL SOBRE O IMPACTO DOS FURTOS EM
INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, DE NOVEMBRO
DE 2012**

IMPACTO DOS FURTOS EM INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Informação relativa ao 1S2012

30 de novembro de 2012

1



DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS

PRINCIPAIS CONCLUSÕES PRIMEIRO SEMESTRE 2012

332 669

NÚMERO DE CLIENTES DIRETAMENTE AFETADOS PELOS FURTOS OCORRIDOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012

€ 3,2 Milhões

OS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELOS OPERADORES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012 AUMENTARAM 56% FACE AO SEMESTRE HOMÓLOGO DE 2011. O SEU MONTANTE ULTRAPASSOU OS 3,2 MILHÕES DE EUROS NESTE SEMESTRE.

1503 ocorrências

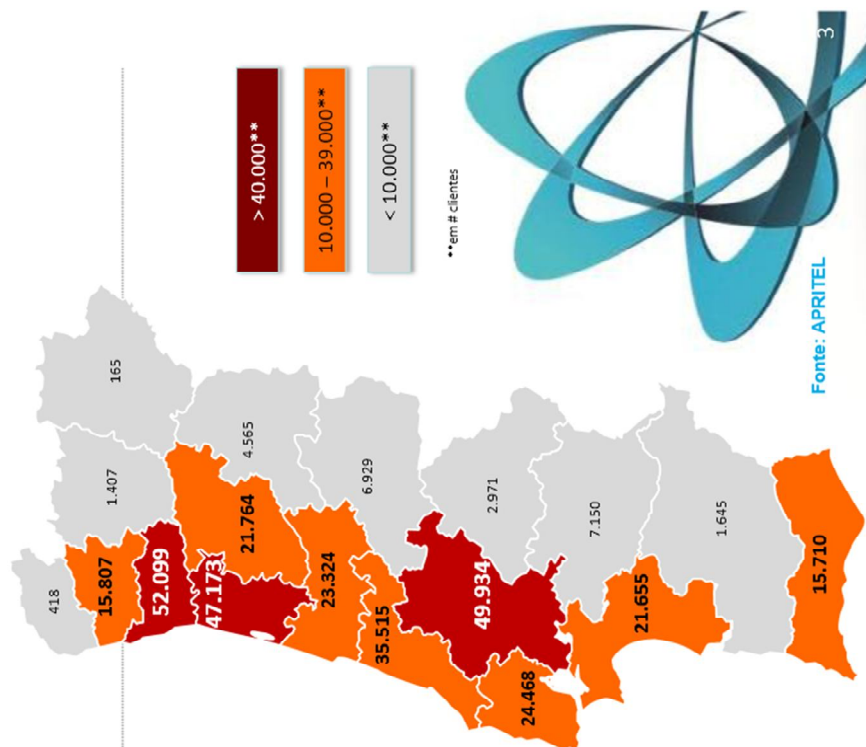
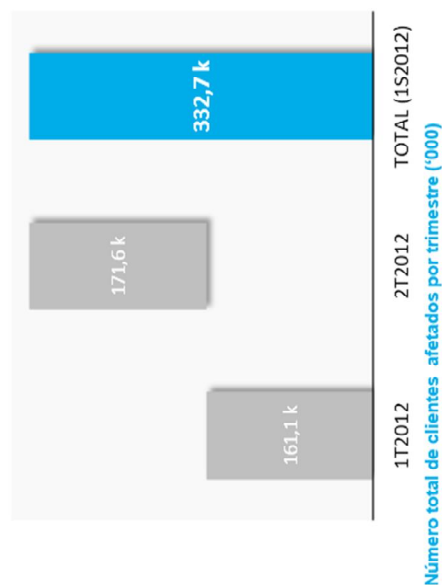
NO PRIMEIRO SEMESTRE REGISTRARAM-SE 1503 OCORRÊNCIAS COM UM PREJUÍZO MÉDIO UNITÁRIO DE 2.129 €. UM AUMENTO DE 67% FACE AO SEMESTRE HOMÓLOGO DE 2011.



DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS CLIENTES AFETADOS

1S2012

Total do # de clientes afetados* no semestre por Distrito



* Critério

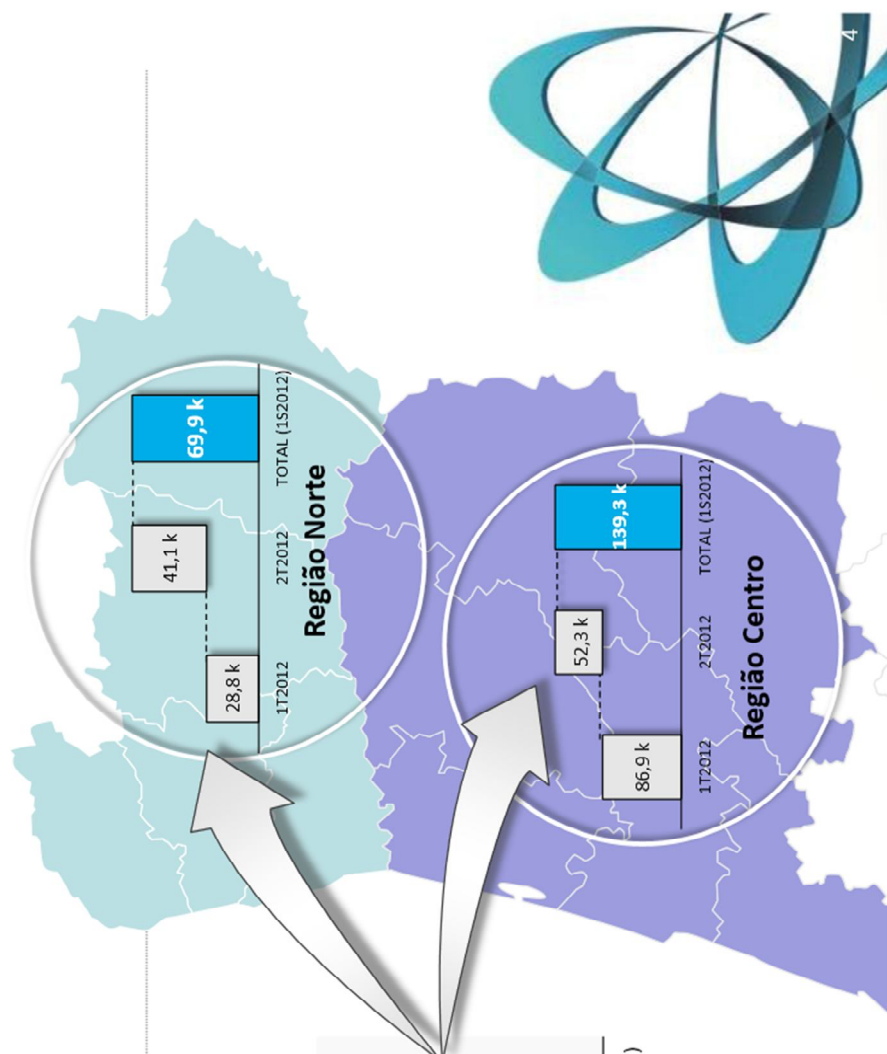
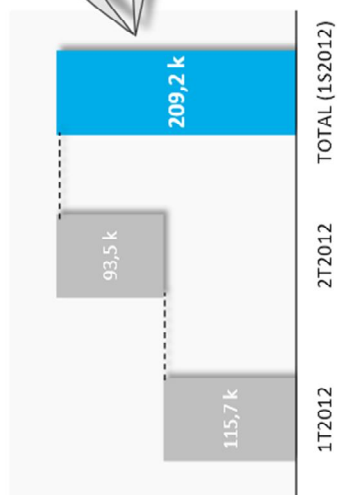
(1) Fixo: o número de acessos ligados a uma infraestrutura que foi afetada, com desagregação ao Distrito;

(2) Móvel: o número de clientes afetados é o que utilizam a rede em período homólogo, com desagregação ao Distrito.

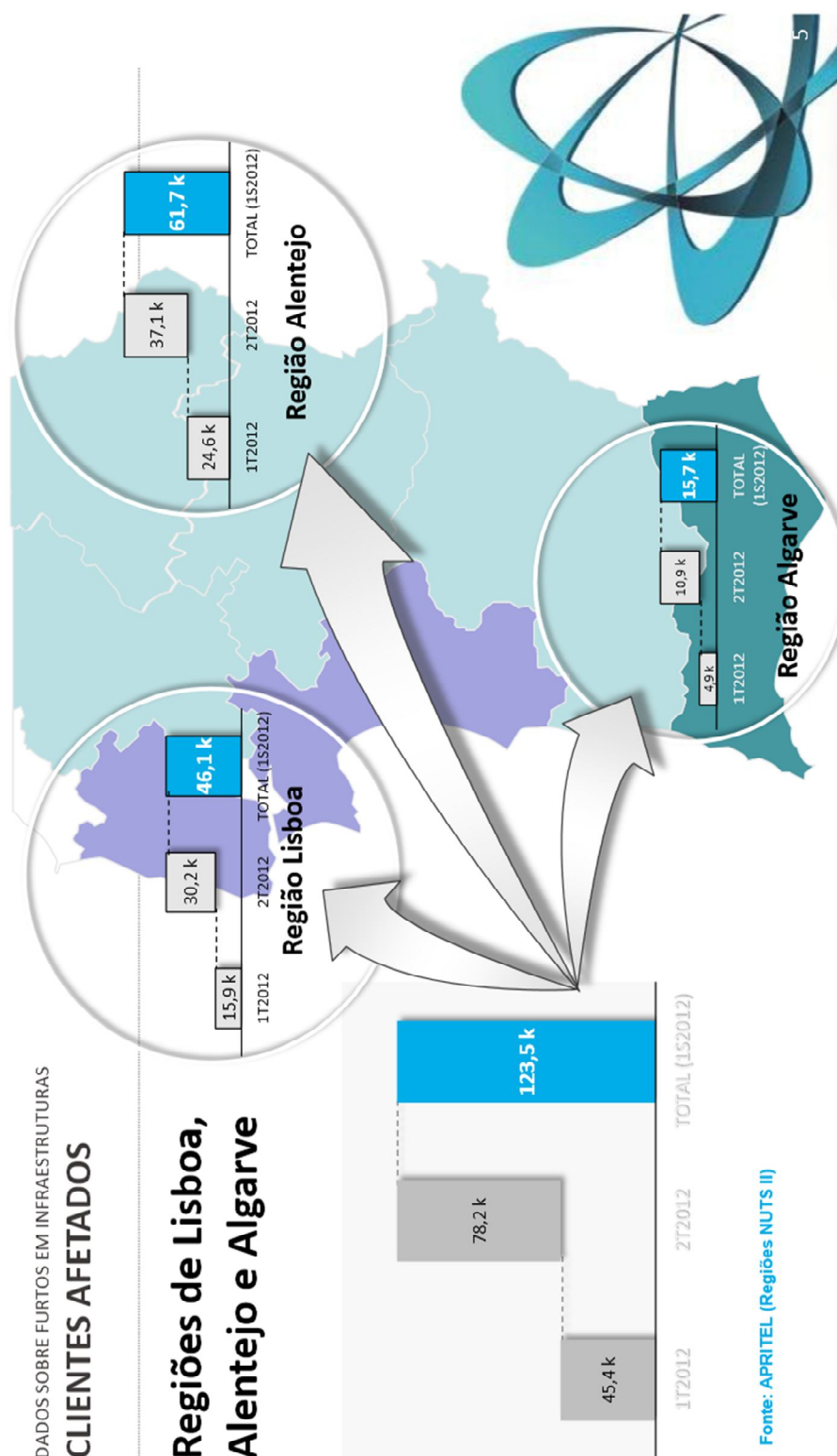
DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS
CLIENTES AFETADOS

Regiões Norte e Centro

Distribuição do # de clientes afetados



Fonte: APRITEL (Regiões NUTS II)



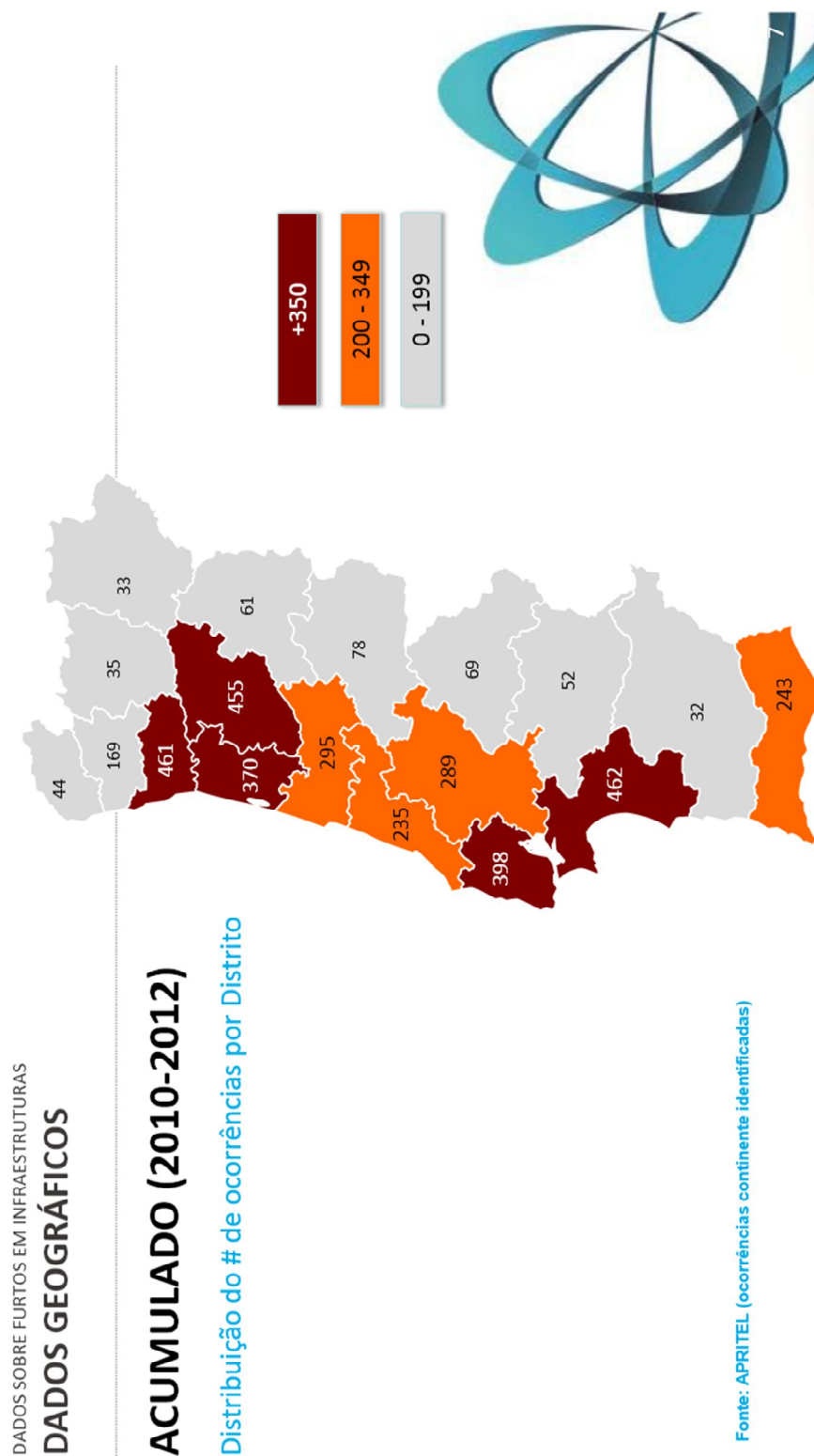
DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS
VALORES ACUMULADOS



8,4 M€ **3,8 mil crimes**

ENTRE 2010 E 2012 REGISTRARAM-SE MAIS DE **3,8 MIL CRIMES EM INSTALAÇÕES**, QUE PROVOCARAM **PREJUÍZOS DE 8,4 MILHÕES** DE EUROS, CONSIDERANDO OS ESTRAGOS E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS, MAS NÃO OS DANOS DECORRENTES DE QUEBRAS DE SERVIÇO.

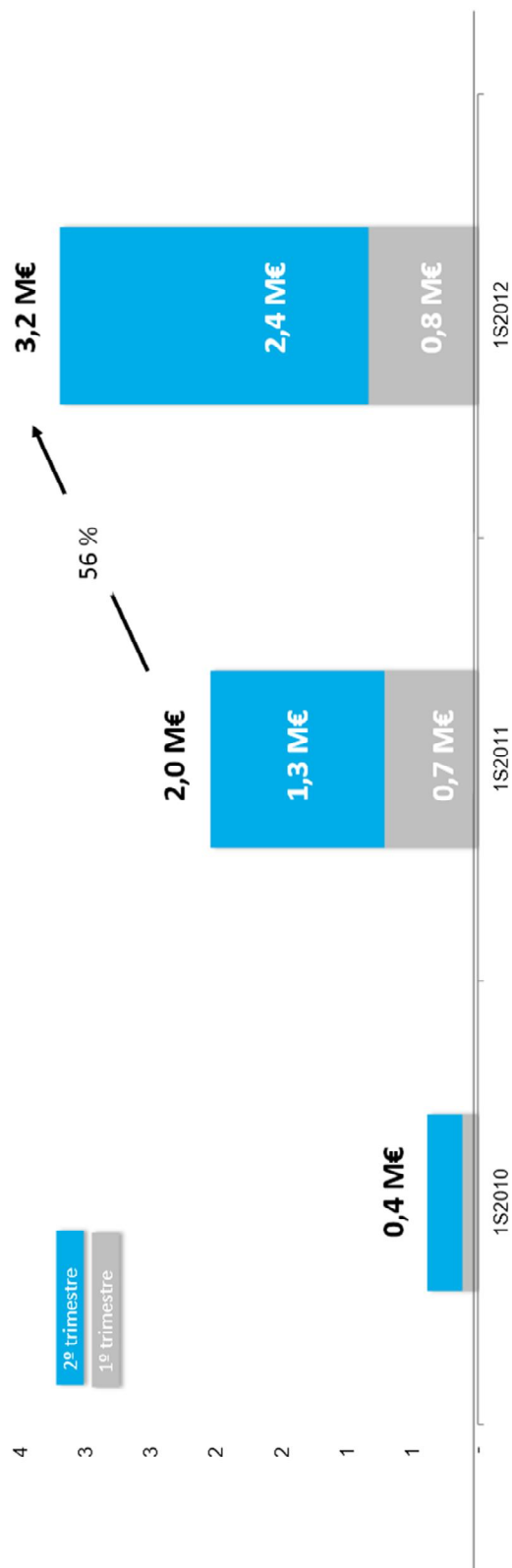




DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS

DADOS SEMESTRE**VALOR DOS PREJUÍZOS**

Variação homóloga dos primeiros semestres de 2010 a 2012 (M€ e % var.)



8

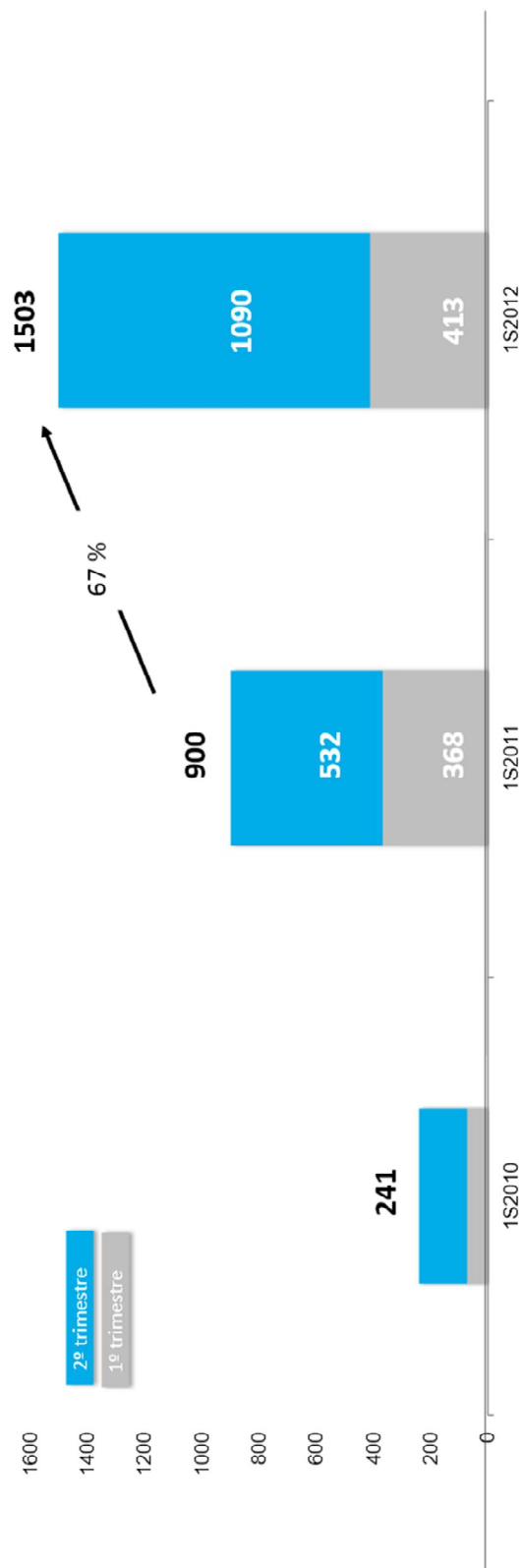
Fonte: APRITEL



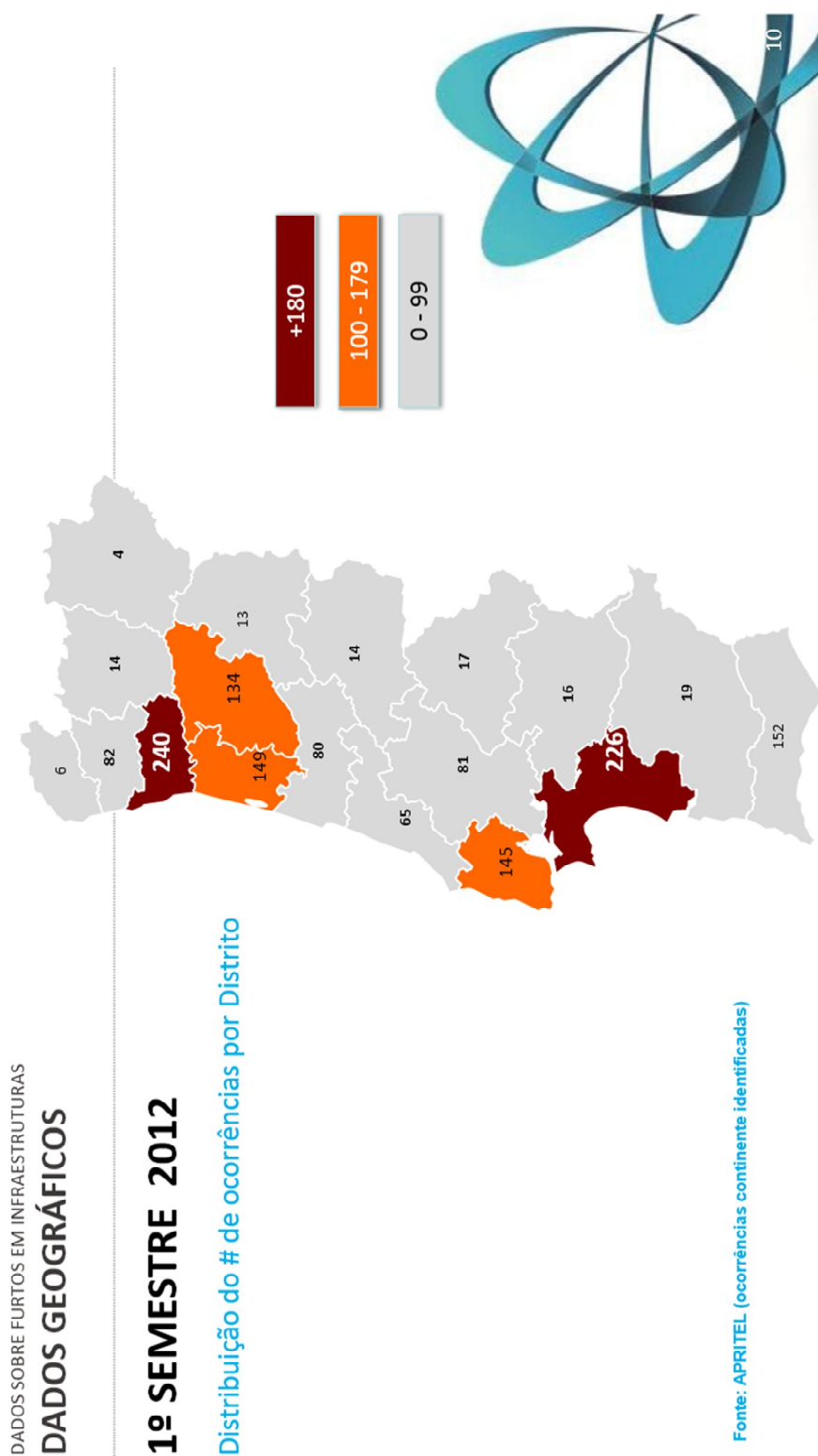
DADOS SOBRE FURTOS EM INFRAESTRUTURAS

DADOS SEMESTRE**NÚMERO DE OCORRÊNCIAS**

Variação homóloga dos primeiros semestres de 2010 a 2012 (# de ocorrências e % var.)



9
Fonte: APRITEL





ANEXO B

**RELATÓRIO DA EDP SOBRE FURTO NAS REDES DE
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA – DISTRITO JUDICIAL
DO PORTO, DE MARÇO DE 2013**

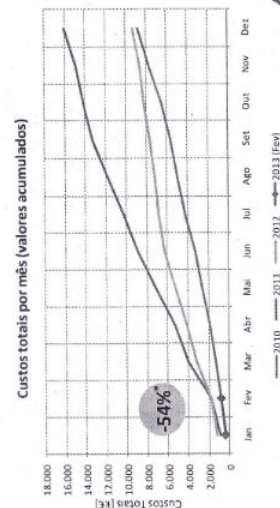
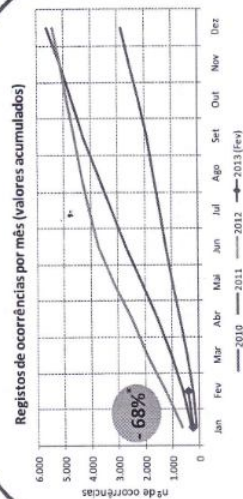


Furtos nas Redes de Distribuição de Energia Eléctrica Distrito Judicial do Porto

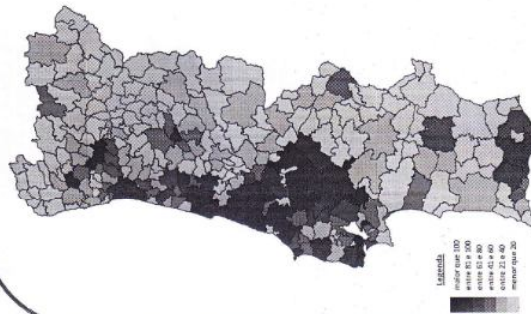
Março de 2013

Desde 2010, os prejuízos motivados por furtos a ativos da rede de distribuição superaram os 34,9 M€ e as 14.301 ocorrências. Cerca de 90% dos furtos ocorrem nas redes de baixa tensão e em Postos de Transformação.

Em Junho de 2012 iniciou-se a inversão da tendência do número de furtos, começando a registar-se um decréscimo, acompanhando a tendência que já se verificava do valor dos prejuízos, parecendo evidenciar assim a eficácia das medidas que têm vindo a ser tomadas (pela EDP Distribuição, no âmbito da PSAT, pelos DIAP, por órgãos de polícia criminal, alterações legislativas).



* Comparação com período homólogo



- A maior incidência de furtos regista-se nos distritos situados na parte litoral do território com relevância para os distritos de Santarém (14%), Leiria (11%), Lisboa (11%), Porto (16%) e Aveiro (11%), com cerca de 63% dos furtos registados.

- As iniciativas levadas a efeito nos distritos de Santarém e Leiria conduziram a uma forte redução da incidência de furtos, sobretudo em postos de transformação, verificando-se porém uma tendência de evolução para norte (Porto, Aveiro e Figueira da Foz) e Algarve (Silves).

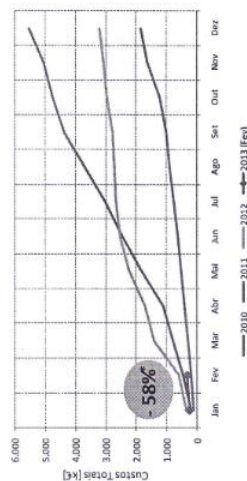
edp distribuição

Nos últimos 4 anos, os furtos ocorridos nos concelhos do Distrito Judicial do Porto correspondem a 32% do total do número de furtos e 31% do total de custos. Acentuada redução do número de ocorrências de furtos registada a partir de Junho de 2012, contribuindo fortemente para a tendência a nível nacional.

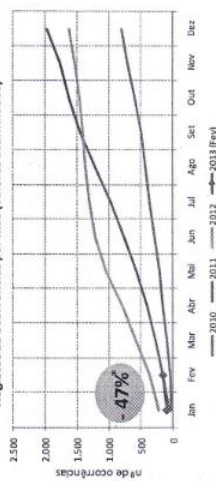
Distrito Judicial do Porto

	2010	2011	2012	2013 (fevereiro)	Total
Número Total de Ocorrências	2.847	5.635	5.419	400	14.301
Distrito Judicial do Porto	801	1.972	1.625	154	4.552
%	28%	35%	30%	39%	32%
Custo Total (k€)	8.779,5	16.044,6	9.286,6	834,7	34.945,3
Distrito Judicial do Porto	1.849	5.549	3.196	326	10.920
%	21%	35%	34%	39%	31%

Custos totais por mês (valores acumulados)



Registos de ocorrências por mês (valores acumulados)

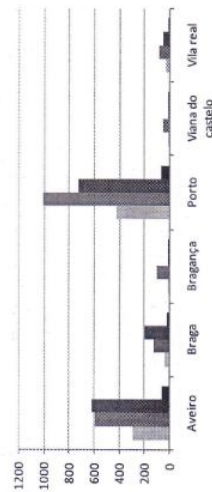


* Comparação com período homólogo

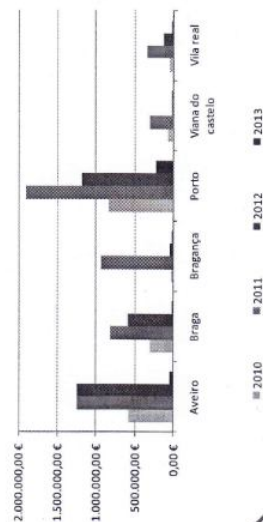
Os Distritos mais afetados têm sido Porto e Aveiro, com 42% e 43%, respetivamente, do total de furtos ocorridos no Distrito Judicial do Porto.

Distrito Judicial do Porto – Furtos por Distrito

Número de Furtos - Distrito Judicial do Porto



Custos - Distrito Judicial do Porto







edp distribuição

Cerca de 99% dos furtos que ocorreram no Distrito Judicial do Porto foram em Postos de Transformação e na Rede de Baixa Tensão.

- Em 2012, registou-se já um decréscimo bastante acentuado do número de furtos e respetivos custos em Postos de Transformação e Redes de Baixa Tensão.
- Em 2013, até ao mês de Fevereiro, não tinham sido registados furtos em Subestações.

Número de ocorrências e Custos por tipo de Ativo – Distrito Judicial do Porto

Ativo	2012			Janeiro a Fevereiro/2013		
	Furtos (#)	Total (€)	Custo médio (€)	Furtos (#)	Total (€)	Custo médio (€)
 Postos de Transformação	224 ↓ -12%	1.328.215 ↓ -42%	5.930 ↓ -34%	30 ↓ -45%	201.244 ↓ -24%	6.708 ↓ 13%
 Rede BT	1.070 ↓ -11%	1.176.860 ↓ -34%	1.100 ↓ -25%	94 ↓ -59%	106.686 ↓ -59%	1.135 ↓ 3%
 Subestações	10 ↑ 11%	361.417 ↑ 254%	36.142 ↑ 219%	0	0	-
 Linhas Aéreas AT/MT	4 ↓ -43%	2.761 ↓ -68%	690 ↓ -44%	1 0%	54 ↓ -91%	54 ↓ -92%

↗ Comparação com 2011

↗ Comparação face a igual período de 2012

edp distribuição

APÊNDICE 1

GUIÃO DA ENTREVISTA EFETUADA AOS GESTORES DO

PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Entrevista sobre a Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica conducente à elaboração do relatório final no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial, subordinado ao tema: A Investigação Criminal na PSP: Equipas Especiais de Investigação de Fenómenos Criminais.

Assim, com a presente entrevista pretendemos analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, visando obter uma perspetiva global do desempenho da mesma, desde do agente executor ao responsável pela ação penal, com o objetivo de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, conseqüentemente, potenciam os resultados obtidos.

Entrevista Nº X

Nome do entrevistado: _____

Local: _____ Data ____/____/____ Hora de inicio: ____ Hora de fim: _____

X.1 Organização a que pertence: _____

X.2 Departamento / Serviço: _____

X.3 Cargo/Posto: _____

X.4 Função: _____

X.5 Idade: _____

X.6 Género: _____

X.7 Habilitações literárias: _____

Guião

Pergunta X.8: Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais caraterísticas desta equipa?

Pergunta X.9: No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Pergunta X.10: Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

Pergunta X.11: Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Pergunta X.12: Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE 2
ENTREVISTAS EFETUADAS AOS GESTORES
DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Entrevista sobre a Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica conducente à elaboração do relatório final no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial, subordinado ao tema: **A Investigação Criminal na PSP: Equipas Especiais de Investigação de Fenómenos Criminais.**

Assim, com a presente entrevista pretendemos analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, visando obter uma perspetiva global do desempenho da mesma, desde do agente executor ao responsável pela ação penal, com o objetivo de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, consequentemente, potenciam os resultados obtidos.

Entrevista Nº 1

Nome do entrevistado: Rui Manuel Moreira da Silva

Local: Porto **Data** 07/12/2014 **Hora de início:** 00H17 **Hora de fim:** 00H40

1.1 Organização a que pertence: Polícia de Segurança Pública

1.2 Departamento / Serviço: Divisão de Investigação Criminal

1.3 Cargo/Posto: Chefe

1.4 Função: Chefe de Brigada

1.5 Idade: 42

1.6 Género: Masculino

1.7 Habilitações literárias: Licenciatura

Guião

Pergunta 1.8: Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais características desta equipa?

O simples facto da brigada tratar um só fenómeno criminal tem, desde logo, como fator facilitador a implementação de metodologias de trabalho comuns a todos aqueles que constituem a brigada. A «linguagem» é igualmente comum

permitindo um fluxo de informação. Isto permitiu que a brigada se fosse aculturando em torno de um projeto e objetivo comum, tornando-os especialistas no combate a este fenómeno e não só no tocante aos furtos, pois o conhecimento do crime principal e conexos permitiu uma intervenção alargada a diferentes tipologias criminais (furto, recetação) e áreas de fiscalização (essencialmente área do ambiente) em que se visa o mesmo e único objetivo: trazer para valores suportáveis o número de ocorrências nesta área.

Pergunta 1.9: No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Nesta pergunta, para que a resposta não seja uma redundância da anterior, terei de atuar em exercício de comparação. Todos os diferentes fenómenos com que nos temos deparado (furto residência; furto veículos; tráfico de droga, etc...) têm sido vistos sempre na lógica do processo em concreto, não havendo uma visão global ou, tão-pouco uma perspetiva de complemento entre as diferentes investigações. Aqui, não só houve esse cuidado de atender a essa ideia de complementaridade e de estratégia global de investigação, como existiu de igual forma uma ideia de compreender o fenómeno nas suas diferentes dimensões e, estrategicamente conjugar os diferentes campos de atuação com uma mesma premissa. Tal desiderato foi alcançado com o contributo de diferentes atores, desde os representantes dos ofendidos, entidades externas mas cujo contributo foi determinante (autoridade tributária) até à conjugação de várias valências policiais (investigadores, analistas e agentes da brigada de proteção ambiental). Tudo numa lógica de uma visão integrada e com objetivos comuns e caminhos definidos.

Esta lógica de análise global permitiu olhar para um fenómeno criminal nas suas diferentes dimensões – iniciando no “crime principal” (furto), passando pelos crimes conexos (recetação), até uma vertente fiscal (finanças) e/ou administrativa (brigada proteção do ambiente), o que não era usual acontecer.

Pergunta 1.10: Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

Começaria por afirmar que o «primeiro» marco foi a constituição da equipa. Estava-mos perante um desafio novo para o qual não estavam criadas estruturas, quer físicas quer administrativas. Ultrapassadas estas dificuldades iniciais entrou-se num ritmo e lógica de atuação dinâmica e cujos resultados da concentração de toda a investigação e consequentemente toda a informação numa equipa só, rapidamente começaram a produzir resultados positivos. E é nesta fase de ascendência que surge um marco que introduziu profundas alterações: os inquéritos autuados contra desconhecidos deixaram de ser remetidos para a equipa especial e, não obstante em teoria continuar a ser remetida toda a informação para esta, o que aconteceu de facto foi um fracionamento e dispersão da informação. Um segundo e último marco ocorreu em fevereiro do corrente ano aquando da decisão de revogar a estratégia inicial de concentração da investigação e coordenação numa só entidade, optando-se agora por uma divisão territorial, parecendo esquecer que o crime é muito menos os fenómenos criminais não existem numa lógica de competências ou divisões territoriais. Não se consegue aferir ainda o impacto total desta decisão, mas já podemos afirmar que hoje já não temos um conhecimento pleno do fenómeno, não conseguimos determinar onde se manifesta mais ou simplesmente o fluxo ou tendência.

Pergunta 1.11: Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Não obstante os resultados alcançados apontarem para um sucesso do modelo, julgo que a série temporal (2 anos) é insuficiente para aferir resultados sólidos. Porém e, uma vez mais atuando por comparação, julgo que é possível concluir que este modelo de organização – quando se tratam de fenómenos criminais – é aquele que permite uma maior eficácia a par de uma maior eficiência, desde logo porque não podemos daqui excluir uma variável importante (se não determinante): o volume de inquéritos entrados (cerca de 3900) aos quais foi

necessário dar resposta ao mesmo tempo que se desenvolviam investigações e tudo isto a cargo de uma brigada que no auge foi constituída “somente” por doze profissionais.

Pergunta 1.12: Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Antes de mais dividiria a atuação da Equipa Especial em dois momentos distintos mas complementares. Um: tratamento e análise da informação; Outro momento é a corporização e instrumentalização do que resulta do momento anterior, materializado essencialmente nas investigações desenvolvidas. Dito de outra forma, o modelo organizativo definido para a Equipa Especial permite numa fase inicial perceber o fenómeno (pontos fortes e pontos frágeis deste), identificar oportunidades de investigação e, a par disto, definir quais as valências necessárias para colaborar com a equipa de investigadores.

Dito isto e indo de encontro à pergunta em concreto afirmo (com toda a segurança) que considero que este modelo deve ser replicado em fenómenos inerentes ao crime aquisitivo (essencialmente furto de veículos automóvel; furtos de residências, entre outros). Noutras tipologias criminais (tais como tráfico de estupefacientes) entendo que este modelo deve, pelo menos, ser parcialmente implementado, em concreto na fase de análise e tratamento de toda a informação.

Obrigado pela sua colaboração.

Entrevista sobre a Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica conducente à elaboração do relatório final no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial, subordinado ao tema: **A Investigação Criminal na PSP: Equipas Especiais de Investigação de Fenómenos Criminais.**

Assim, com a presente entrevista pretendemos analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, visando obter uma perspetiva global do desempenho da mesma, desde do agente executor ao responsável pela ação penal, com o objetivo de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, consequentemente, potenciam os resultados obtidos.

Entrevista Nº 2

Nome do entrevistado: Rui José Almeida Mendes

Local: Porto **Data:** 12/01/2015 **Hora de início:** 14H00 **Hora de fim:** 15H00

- 2.1 Organização a que pertence:** Polícia de segurança Pública
- 2.2 Departamento / Serviço:** Divisão de Investigação Criminal do Porto
- 2.3 Cargo/Posto:** Subintendente
- 2.4 Função:** Comandante da DIC
- 2.5 Idade:** 39
- 2.6 Género:** Masculino
- 2.7 Habilitações literárias:** Mestrado em Criminologia

Guião

Pergunta 2.8: Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais caraterísticas desta equipa?

Numa perspetiva mais abrangente começaria por referir que as caraterísticas da equipa em questão são múltiplas, em função da sua especialização quanto ao fenómeno criminal alvo de investigação, sendo certo que necessariamente estamos a falar de um conjunto de profissionais, que funcionando em exclusividade, se dedicam á investigação de todos os crimes de furto de materiais

não ferrosos e todos aqueles conexos com estes, no âmbito de uma determinada área geográfica de jurisdição.

Neste contexto, diria que, as principais características, essenciais/críticas da equipa são:

- *Enquadramento hierárquico e Unidade de comando – a equipa é chefiada por um chefe de brigada que estabelece as prioridades e as estratégias a desencadear no âmbito da investigação a ser realizada, servindo o mesmo de elo de ligação entre a estrutura hierárquica interna, o Ministério público e os elementos que integram a equipa;*
- *Elevada Especialização – perante um fenómeno tão complexo e multifacetado, como é o dos furtos de matérias não preciosos, com sérias implicações em atividades vitais com o são por exemplo as telecomunicações, importava criar um elevado grau de especialização dos elementos que compunham a equipa de forma a não só proporcionar investigações sólidas dos factos ilícitos alvo de investigação, como também de uma estratégia mais abrangente no combate ao fenómeno;*
- *Elevados padrões de motivação – o trabalho em equipa congregando objetivos comuns constituiu-se como uma característica fundamental da equipa e do seu sucesso.*

Pergunta 2.9: No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Numa análise global e sintetizada daquilo que foram dois anos de experiência com o funcionamento da referida equipa, afirmaria que a diferenciação da mesma assenta em dois grandes postulados:

- *Primeiro a potenciação da informação disponível – a criação de uma equipa permitiu concentrar todas as informações disponíveis, entre fontes abertas e fechadas, permitindo um melhor tratamento e posterior gestão da mesma em prol da melhoria da qualidade investigatória.*
- *Por outro lado a Coordenação processual e a definição de uma estratégia investigatória ampla – característica essencial ao sucesso das investigações*

uma vez que a existência de um Magistrado do Ministério Público que concentra todas as investigações relacionadas com o fenómeno em causa e sua posterior concentração em equipa de investigadores exclusivamente dedicados à investigação de crimes relacionados com o furto de metais não ferrosos permite que se estabeleçam parâmetros de coordenação de natureza processual e, por inerência, de estratégia investigatória, a meu ver, essenciais ao sucesso do combate ao fenómeno;

Pergunta 2.10: Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

Importa destacar, desde logo, que a metodologia de investigação, centrou-se numa das primeiras competências de natureza deferida, prevista pela Nova Lei de Investigação Criminal, uma vez que esta equipa para além da especialização, concentrou toda a investigação de crimes relacionadas com o furto de materiais não ferrosos em toda a área do distrito judicial do Porto, independentemente da área de competência territorial/funcional dos OPC.

Este aspeto, de natureza algo inovadora, criou naturalmente o surgimento de uma primeira fase de adaptação a uma nova realidade quer geográfica, quer de conhecimento do contexto criminal relativo ao fenómeno investigado.

Um segundo momento, essencialmente concentrado na investigação de grupos criminais que, ainda que alguns apresentassem alguma estruturação, estavam essencialmente dedicados á parte da execução dos crimes.

Posteriormente e depois de uma compreensão profunda dos contextos em que as ilicitudes se realizavam, uma investigação mais vasta e que englobou não só os grupos responsáveis pela execução, mas também outros autores, com especial ênfase para o papel dos gestores de resíduos sólidos, que tinham um papel importante no esquema ilícito montado.

Por fim de realçar que numa última fase, e já com índices dos ilícitos numa forte tendência de descida, a competência dos OPC voltou a basear-se no critério de competência territorial, ficando esta equipa apenas com a competência para

investigar crimes ocorridos na sua área de jurisdição ou aqueles que, pela sua complexidade ou plurilocalização, fossem delegados pelo MP.

Neste momento encontra-se a equipa a iniciar uma fase subsequente na estratégia de investigação e que se baseia essencialmente nos circuitos de comercialização do cobre furtado, contando com isso com a estreita colaboração da Autoridade tributária constituída já como OPC em algumas investigações pendentes na referida equipa.

Pergunta 2.11: Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Julgo que os resultados apresentados pela equipa são francamente positivos. Esta minha posição é essencialmente alicerçada pela evidência empírica do contato diário com a referida equipa e dos próprios dados estatísticos quer ao nível dos índices criminais, quer dos dados operacionais apresentados resultantes da sua atividade.

Pergunta 2.12: Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Estou perfeitamente convencido que atenta a complexificação cada vez maior do crime, sobretudo o relacionado com a criminalidade predatória, a criação de equipas especializadas deverão constituir-se como uma boa prática a ser replicada.

Para além de existirem já duas equipas no seio da Divisão de Investigação criminal do Porto, com a mesma natureza, a desenvolver o seu trabalho no âmbito específico da violência doméstica e da criminalidade desenvolvida por estruturas criminais originárias de outros países, especialmente as pertencentes ao espaço Schengen, neste momento irá constituir-se uma nova equipa especial para o furto de viaturas.

Obrigado pela sua colaboração.

Entrevista sobre a Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica conducente à elaboração do relatório final no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial, subordinado ao tema: **A Investigação Criminal na PSP: Equipas Especiais de Investigação de Fenómenos Criminais.**

Assim, com a presente entrevista pretendemos analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, visando obter uma perspetiva global do desempenho da mesma, desde do agente executor ao responsável pela ação penal, com o objetivo de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, conseqüentemente, potenciam os resultados obtidos.

Entrevista Nº 3

Nome do entrevistado: Francisco António Carrilho Bagina

Local: Aveiro **Data** 05/12/2014 **Hora de início:** 23H30 **Hora de fim:** 23H50

3.1 Organização a que pertence: Polícia de Segurança Pública

3.2 Departamento / Serviço: Comando Metropolitano

3.3 Cargo/Posto: Superintendente

3.4 Função: Comandante Metropolitano

3.5 Idade: 57 anos

3.6 Género: Masculino

3.7 Habilitações literárias: Licenciatura

Guião

Pergunta 3.8: Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais caraterísticas desta equipa?

A Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos constituída na Divisão de Investigação Criminal do Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública do Porto, para dar cumprimento à delegação da Procuradoria-

Geral Distrital do Porto teve, até há pouco tempo, a competência para investigar em exclusivo o referido ilícito criminal, em todo o Distrito Judicial, na área de responsabilidade da PSP e GNR. Conseguindo, assim, aquela estrutura policial reunir e centralizar toda a informação pertinente, dando aos respetivos investigadores uma perspetiva muito alargada e detalhada da atividade dos indivíduos e grupos criminosos, o que permitia que, no âmbito do processo crime, fossem desmantelados diversos grupos criminosos, com a identificação, detenção dos respetivos autores morais e materiais, bem como a apreensão dos objetos, instrumentos ou resultados da prática, designadamente, dos ilícitos de recetação e furto de materiais não ferrosos, o encerramento de sucatas e a intervenção em conjunto com as autoridades fiscais e brigadas ambientais da PSP.

Pergunta 3.9: No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Uma intervenção mais especializada, adequada e alargada, como comprovam os resultados, com um elevado número de detidos, presos preventivos e condenados, bem como uma grande quantidade de material apreendido.

Pergunta 3.10: Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

Ao meu nível não tenho nada a referir.

Pergunta 3.11: Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Foi muito eficaz, eficiente e de qualidade superior, assim indiciam os resultados.

Pergunta 3.12: Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Sim, por exemplo, no combate a fenómenos criminais protagonizados por indivíduos e grupos muito organizados, disciplinados, bem preparados e com grande mobilidade, como é o caso dos autores dos furtos e roubos em residências, estabelecimentos comerciais e industriais, burlas, e respetiva recetação, muitos deles com conexão internacional.

Obrigado pela sua colaboração.

Entrevista sobre a Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica conducente à elaboração do relatório final no âmbito do 1º Curso de Comando e Direção Policial, subordinado ao tema: **A Investigação Criminal na PSP: Equipas Especiais de Investigação de Fenómenos Criminais.**

Assim, com a presente entrevista pretendemos analisar a opinião dos gestores do processo de investigação sobre a criação e desempenho da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, visando obter uma perspetiva global do desempenho da mesma, desde do agente executor ao responsável pela ação penal, com o objetivo de aferir se a criação de equipas especiais de investigação, focalizadas na investigação um fenómeno criminal específico, em regime de exclusividade, contribui para a melhoria da qualidade das investigações e, consequentemente, potenciam os resultados obtidos.

Entrevista Nº 4

Nome do entrevistado: Maria Gabriela Cardoso Pereira de Araújo Torres

Local: Porto **Data** 13/01/2015 **Hora de inicio:** 15H30 **Hora de fim:** 16H25

4.1 Organização a que pertence: Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto

4.2 Departamento / Serviço:

4.3 Cargo/Posto: Procuradora- Adjunta

4.4 Função:

4.5 Idade: 46

4.6 Género: Feminino

4.7 Habilitações literárias: Licenciatura / pós graduação

Guião

Pergunta 4.8: Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais caraterísticas desta equipa?

Esta equipa foi criada na sequência da Circular 3/12 da Procuradoria-Geral da República. Foram concentrados no DIAP do Porto todos os inquéritos relacionados com o fenómeno da subtração de metais não preciosos.

A equipa foi destinada a investigar um fenómeno concreto, mas muito díspar quer pela sua diversidade e dispersão geográfica, quer quanto ao modo de atuação dos agentes, quer quanto à qualidade das vítimas.

A dimensão do fenómeno veio a revelar-se ser muito maior do que o expectável, tendo surgido dificuldades na investigação, por se verificar ser a equipa deficitária e munida de meios insuficientes.

A motivação e empenho dos membros da equipa conseguiu suprir algumas limitações, mas não eliminá-las. Para além do imenso trabalho administrativo de recolha e tratamento de informações, de organização de dados, os membros da equipa – dentro das suas possibilidades – atuaram diretamente no terreno, fazendo vigilâncias, reconhecimento de locais, etc.

Os membros da equipa revelaram ter um bom entendimento não só entre si, mas também encetaram contactos eficazes e oportunos com os outros OPC, o Ministério Público, lesados, Autoridade Tributária, Brigadas do ambiente, etc, o que muito contribuiu para uma boa investigação.

Pergunta 4.9: No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Com a criação de uma equipa ficaram agentes exclusivamente afetos a esta investigação. Ficou concentrada a investigação, com a subsequente mais valia de concentração de informação e meios. O que, em muito, contribuiu para um melhor combate a este fenómeno criminal (quer ao nível da prevenção, quer ao da repressão).

Pergunta 4.10: Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

A minha atividade de Magistrada foi marcada, logo de início, com o ser nomeada ponto de contacto deste fenómeno no distrito judicial do Porto, de me ficarem afetos todos os inquéritos desta área territorial e de trabalhar em exclusivo com a equipa.

Pergunta 4.11: Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Considero que foi muito importante a criação de uma equipa especial. Graças a ela ficou a conhecer-se melhor a dimensão e a natureza do fenómeno criminal, houve um combate mais eficaz ao mesmo, o que se veio a traduzir numa substancial diminuição do número de ilícitos criminais. Se dotada de outros meios teriam sido ainda mais positivos os resultados, mas, sem dúvida, que a criação e existência desta equipa foi de primordial importância.

Pergunta 4.12: Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Considero que sempre que haja fenómenos criminais específicos, cuja investigação seja complexa, quer pela dispersão territorial, quer pelo número de crimes, de vítimas, de arguidos, sempre que haja necessidade de se estudar e perceber o fenómeno, de cruzar informações, é importante a existência deste tipo de equipas.

Obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE 3

ANÁLISE DE CONTEÚDOS DAS ENTREVISTAS

EFETUADAS AOS GESTORES DO PROCESSO DE

INVESTIGAÇÃO

Questão :

Face á sua experiência com a Equipa Especial, quais considera as principais caraterísticas desta equipa?

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 8

Entre vista do	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	- "... fluxo de informação..."	1.1
	- "... tornando-os [aos investigadores] especialistas no combate a este fenómenos..."	1.2
	- "... intervenção alargada a diferentes tipologias criminais (furto, recetação)..."	1.3
	- "... fiscalização (essencialmente área do ambiente)..."	1.4
#2	- "... especialização quanto ao fenómeno criminal alvo de investigação..."	1.2
	- "Elevada Especialização..."	1.2
	- "... investigação de todos os crimes de furto de materiais não ferrosos e todos aqueles conexos com estes..."	1.3
#3	- "... reunir e centralizar toda a informação pertinente..."	1.1
	- "... dando aos respetivos investigadores uma perspetiva muito alargada e detalhada da atividade dos indivíduos e grupos criminosos [...] designadamente, dos ilícitos de recetação e furto de materiais não ferrosos ..."	1.3
	- "... a intervenção em conjunto com as autoridades fiscais e brigadas ambientais da PSP"	1.4
	- "... imenso trabalho administrativo de recolha e tratamento de informações..."	1.1
#4	- "... contactos eficazes e oportunos com os outros opc, o Ministério Público, lesados, Autoridade Tributária, Brigadas do ambiente, etc..."	1.4

Matriz de análise de conteúdo da questão 8 da entrevista.

Categorias	Unidades de Registo	Entrevistados				Unidades de Enumeraçã o	Resultados (%)
		1	2	3	4		
Questão 1							
Caraterístic as da Equipa Especial	1.1 Informação	X		X	X	3	75%
	1.2 Especialistas	X	X			2	50%
	1.3 Perspetiva alargada a outras tipologias criminais	X	X	X		3	75%
	1.4 Intervenção conjunta na área do Ambiente	X		X	X	3	75%

Questão:

No seu entender, enquanto gestor(a) do processo de investigação, quais foram as principais diferenças que a criação da Equipa Especial trouxe ao processo de investigação do fenómeno criminal?

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 9

Entre vista do	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	- "... estratégia global de investigação, [...] compreender o fenómeno nas suas diferentes dimensões..."	2.1
#2	- "...Coordenação processual e a definição de uma estratégia investigatória ampla..."	2.1
	- "... potenciação da informação disponível..."	2.2
#3	- "... intervenção mais especializada, adequada e alargada..."	2.1
	- "... os resultados, com um elevado número de detidos, presos preventivos e condenados..."	2.3
#4	- "... mais valia de concentração de <u>informação</u> e meios..."	2.2
	- "... mais valia de concentração de <u>informação</u> e <u>meios</u> ..."	2.4

Matriz de análise de conteúdo da questão 9 da entrevista.

Categorias	Unidades de Registo	Entrevistados				Unidades de Enumeraçã o	Resultados (%)
		1	2	3	4		
Questão 2							
Principais diferenças	2.1 Estratégia	X	X	X		3	75%
	2.2 Informação		X		X	1	50%
	2.3 Resultados			X		1	25%
	2.4 Concentração meios				X	1	25%

Questão:

Ao longo do período de atividade da Equipa Especial identificou algum(s) marco(s) que tenham, de forma significativa, introduzido alterações sua na atividade?

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 10

Entre vista do	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	- "...o «primeiro» marco foi a constituição da equipa."	3.1
	- "...um marco que introduziu profundas alterações: os inquéritos autuados contra desconhecidos deixaram de ser remetidos para a equipa especial..."	3.2
	- "...último marco ocorreu em fevereiro do corrente ano aquando da decisão de revogar a estratégia inicial de concentração da investigação e coordenação numa só entidade, optando-se agora por uma divisão territorial..."	3.3
#2	- "... competência dos OPC voltou a basear-se no critério de competência territorial..."	3.3
#3	-----	
#4	-----	

Matriz de análise de conteúdo da questão 10 da entrevista.

Categorias	Unidades de Registo	Entrevistados				Unidades de Enumeraçã o	Resultados (%)
		1	2	3	4		
Questão 3							
Marcos	3.1 Criação da Equipa	X				1	25%
	3.2 Inquéritos contra desconhecidos	X				1	25%
	3.3 Competência territorial	X	X			2	50%

Questão :

Tendo em conta os resultados obtidos e as estatísticas criminais mais recentes referente ao fenómeno criminal no Distrito Judicial do Porto, poderemos considerar que a criação da Equipa Especial foi um método eficaz?

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 11

Entre vista do	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	- "...é possível concluir que este modelo de organização – quando se tratam de fenómenos criminais – é aquele que permite uma maior eficácia..."	4.1
#2	- "...os resultados apresentados pela equipa são francamente positivos..."	4.1
#3	- "Foi muito eficaz, eficiente e de qualidade superior, assim indiciam os resultados."	4.1
#4	- "Considero que foi muito importante a criação de uma equipa especial. Graças a ela ficou a conhecer-se melhor a dimensão e a natureza do fenómeno criminal, houve um combate mais eficaz ao mesmo..."	4.1

Matriz de análise de conteúdo da questão 11 da entrevista.

Categorias	Unidades de Registo	Entrevistados				Unidades de Enumeraçã o	Resultados (%)
		1	2	3	4		
Questão 4							
Eficácia	4.1 O método é eficaz	X	X	X	X	4	100%

Questão:

Face à experiência que obteve na investigação a este fenómeno e com a Equipa Especial, considera que este método poderá ser eficaz na investigação de outros fenómenos criminais? Quais?

Matriz cromática das unidades de contexto e de registo da questão 12

Entre vista do	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
#1	- "...afirmo (com toda a segurança) que considero que este modelo deve ser replicado..." - "...furto de veículos automóvel..." - "...furtos de residências..." - "...entre outros."	5.1
		5.2
		5.3
		5.4
#2	- "...a criação de equipas especializadas deverão constituir-se como uma boa prática a ser replicada." - "... violência doméstica..." - "... criminalidade desenvolvida por estruturas criminais originárias de outros países..." - "... furto de viaturas"	5.1
		5.5
		5.6
		5.2
#3	- "Sim..." - "...furtos e roubos em residências..." - "...estabelecimentos comerciais e industriais..." - "...muitos deles com conexão internacional."	5.1
		5.3
		5.4
		5.6
#4	- "... sempre que haja fenómenos criminais específicos [...] é importante a existência deste tipo de equipas."	5.1

Matriz de análise de conteúdo da questão 12 da entrevista.

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados				Unidades de Enumeração	Resultados (%)
			1	2	3	4		
Questão 5								
Implementação a outros fenómenos criminais	Opinião	5.1 Concorda	X	X	X	X	4	100%
	Exemplos	5.2 Furto de veículos	X	X			2	50%
		5.3 Furtos em residência	X		X		2	50%
		5.4 Furto em estabelecimentos	X		X		2	50%
		5.5 Violência doméstica		X			1	25%
		5.6 Conexão internacional		X	X		2	50%

APÊNDICE 4
PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO EFETUADOS NO ÂMBITO DA
INVESTIGAÇÃO

Exmo. Sr. Diretor de Ensino do ISCPSI

Eu, Fernando Rui Dias da Silva, Comissário N/146196, venho por este meio solicitar autorização para utilização no âmbito do relatório final do 1º CCDP, dos dados estatísticos referentes ao fenómeno de Furto de Materiais não Ferrosos, dos quais tive conhecimento no decurso da minha atividade profissional, enquanto Adjunto do Comandante da DIC do COMETPOR, nomeadamente os constantes em documentos produzidos pela Divisão de Investigação Criminal do COMETPOR e Departamento de Investigação Criminal da DN da PSP.

Pede deferimento,

Fernando Rui Dias da Silva
Comissário

Exmo. Sr. Diretor de Ensino do ISCPSI

Eu, Fernando Rui Dias da Silva, Comissário N/146196, venho por este meio solicitar autorização, no âmbito do relatório final do 1º CCDP, para a realização de entrevistas estruturadas aos gestores do processo de investigação da Equipa Especial de Investigação ao Furto de Materiais não Ferrosos da DIC do COMETPOR, nomeadamente:

- Chefe Rui Silva, da DIC do COMETPOR;
- Subintendente Rui Mendes, Comandante da DIC do COMETPOR;
- Superintendente Francisco Bagina, Comandante do COMETPOR;
- Dr^a. Gabriela Torres, do DIAP do Porto.

Remeto em anexo, guião da entrevista a efetuar.

Pede deferimento.

Fernando Rui Dias da Silva
Comissário